



NOSSO
ALHO

02

**LAVA ALHO! POR MEIO DE LIMINARES
JUDICIAS, IMPORTADORES BURLAM O
PAGAMENTO DO DIREITO ANTIDUMPING**

26

**VEJA COMO FOI O 31º ENCONTRO
NACIONAL DOS PRODUTORES DE ALHO**

32

**CONFIRA! ESTUDO MOSTRA OS IMPACTOS
DAS LIMINARES NO MERCADO BRASILEIRO**

Nosso maior orgulho e patrimônio são os nossos Clientes. Ao longo dos anos, de geração em geração, construímos uma parceria sólida e de respeito mútuo. Trabalhamos dia após dia para atender as necessidades e expectativas de nossos clientes e do mercado agrícola. Buscamos inovações em produtos, melhoria contínua em qualidade para atingir a excelência no atendimento e entrega. **Há mais de 45 anos** nossa missão é embalar as riquezas da terra do nosso País.

Que neste Ano Novo possamos colher juntos muitas realizações!
Obrigado pela Parceria e um Feliz 2019 a todos!

CEBOLA | CENOURA | ABÓBORA | ALHO | INHAME | BETERRABA | BATATA DOCE



Faixas Padrões e Personalizadas. Rápido Atendimento e Entrega.

SACARIAS ITAJÁ: (15) 3491-9400 | vendas01@itaja.com

www.Itaja.com

itajá

A maior Fabricante de Sacarias
de Cebola do Brasil.





O Brasil precisa proteger a produção nacional de alho



Xico Graziano - Poder 360

É preciso retomar tarifa antidumping e acabar com o excesso de liminares

A produção nacional de alho está sendo sufocada pelas mãos da corrupção. Seu algoz mora dentro do Poder Judiciário, e responde pelo nome de 'liminar'. Uma vergonha.

Entenda a questão. Em 1996 o Brasil comprovou que a China vendia alho no exterior com preço abaixo do seu custo de produção. Impôs assim, seguindo normas internacionais, uma tarifa antidumping nas importações.

Naquela época, o Brasil ocupava 18.000 hectares na produção de alho, abastecendo 90% do mercado interno. Já existia o delicioso tempero importado, principalmente vindo da Espanha e Argentina. Mas era caro, e ocupava nichos mais sofisticados de mercado.

Exercendo o direito antidumping, o país protegeu os alicultores nacionais contra a predação comercial chinesa. Funcionou por um tempo. Mas, nos últimos anos, a área produzida caiu para 11.000 hectares, e o alho verde-amarelo responde hoje em dia apenas por 45% do mercado interno. O que está acontecendo?

Simples. Liminares judiciais andam permitindo que algumas empresas nacionais importem alho chinês sem pagar a tarifa antidumping. Tudo indica existir um esquema de propina permitindo burlar a legislação.

Tal tarifa está em US\$ 7,80 por caixa de 10 quilos de alho. Esse valor equaliza o preço e garante a concorrência entre o alho nacional e o chinês. Sem ela, o produto nacional não consegue competir com o baixo preço do alho chinês.

O problema afeta muitos países. Acontece que a China sozinha produz 78% do alho mundial, comandando 80% das exportações globais. E banca financeiramente seus exportadores. Por causa disso, nos EUA existe um imposto de importação ad valorem de 377%; na África do Sul, a tarifa antidumping é de US\$ 14,20/Kg.

No início dessa guerra comercial havia dúvidas sobre qual tipo de alho chinês estava sujeito à tarifa. Recentemente, porém, a Camex (Resolução 47/2017), deixou claro que 'quaisquer classificações de

alho fresco ou refrigerado estão sujeitas à incidência dos direitos antidumping".

Como, então, conseguiram os importadores do Brasil comprar 16,48 milhões de caixas de alho pagando apenas o preço FOB? A resposta os produtores sabem, mas não têm coragem de falar. Estão indignados.

Como pode a Receita Federal permitir essa burla aos direitos antidumping, perdendo receita estimada em R\$ 280 milhões por ano? Será que o ministro Paulo Guedes sabe disso?

É o que querem saber os produtores. Organizados na Anapa (Associação Nacional dos Produtores de Alho), eles acreditam que o novo governo, se vai mesmo moralizar o país, acabe também com essa indústria de liminares que os sufoca.

Somam cerca de 4.500 alicultores no Brasil, espalhados desde o Rio Grande do Sul até a Bahia. Estima-se que gerem 43.000 empregos diretos, pessoas trabalhando na roça, desde o plantio até a colheita. Fora os empregos indiretos. Toda a cadeia produtiva do alho movimentava R\$ 800 milhões. O alho pede respeito.

A dona de casa poderia ajudar. Ao invés de preferir o embuste, no supermercado, daquelas cabeças de alho graúdas e pálidas, sem gosto nenhum, poderiam comprar o alho nacional, avermelhado, muito mais saboroso e nutritivo.

Acho, sinceramente, que poderia ser decisivo, mesmo, a ação do ministro Sérgio Moro. Sim, pois o problema maior reside na Justiça, não na economia.

Como bom brasileiro, o juiz Moro deve gostar de um arroz com feijão temperado no alho. Ele certamente desconhece que, ao se alimentar, pode estar ajudando a arrebentar nossos alicultores, garantindo os empregos dos chineses. E favorecendo a indústria das liminares.

Que monte uma Lava Alho para investigar essa picaretagem.



NOSSO ALHO

Grupo RODOXISTO

O Grupo Rodoxisto, uma empresa Paranaense, com sede na cidade de Curitiba – PR, completa em 2017, vinte anos. A empresa, atua nos segmentos de Transporte, Agenciamento, Seguro de Carga, Logística de Transporte, Logística Financeira, entre outros e tem como principal foco, os produtos Hortifrutigranjeiros produzidos e transportados em todo o território nacional e no Mercosul.

Tendo a base de sua gestão, na qualidade do atendimento, o Grupo Rodoxisto atua em todo o território nacional, com uma equipe comprometida com nosso objetivo principal, o Cliente. São mais de 20 pontos de atendimento, entre sedes próprias e parceiros, o que traz a possibilidade de uma proximidade e atendimento personalizado, pontos diferenciais e exclusivos.

A história da Rodoxisto está ligada diretamente ao cultivo de Hortifrutigranjeiros, e a Cebola tem um papel fundamental estando entre os 4 principais produtos transportados e segurados.

O Diretor Presidente do Grupo, o empresário, Ari Silva, relata que a Rodoxisto tem investido nos últimos 3 anos, em dois fatores primordiais para o desenvolvimento e qualidade no atendimento; Tecnologia da Informação e Treinamento da Equipe de Colaboradores. A empresa, com essa visão, tem levado a seus clientes uma experiência única em um mercado que prevê mudanças estruturais profundas.

O Grupo Rodoxisto, sente muito orgulho em ter participado no avanço do agronegócio nos últimos 20 anos e esperamos multiplicar essa parceria com a ANACE.

20 anos
participando
do avanço do
agronegócio

+ de 20
pontos de
atendimento



ATENDEMOS TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

GRUPO RODOXISTO
20 Anos



TRANSPORTE • LOGÍSTICA • SEGURO • AGENCIAMENTO

Alameda Prudente de Moraes, 454 | Curitiba / PR

(41) 3524-7805

SUMÁRIO

ANAPA EM AÇÃO	07	ANAPA pede apoio ao MAPA para renovação do direito antidumping	Nova diretoria se reúne para planejar ações estratégicas para os próximos três anos
	08	Produtores traçam estratégias para a ANAPA e para a cultura do alho	
	09	Rio Grande do Sul: Alho produzido no Estado surpreende pela qualidade	Encontro técnico em Cristalina discute panorama do mercado do alho
	10	Produtores de Santa Catarina pedem mais medidas para contrabando de alho nacional	
	11	ANAPA quer restringir importações de alho em sacos	
	12	Em Mendoza, ANAPA discute ações de defesa comercial com produtores argentinos	
	14	CNA e ANAPA debatem prejuízos causados por alho da China	
PODER	15	Servidores da ANVISA realizam visita técnica em packing house de alho	
	16	Selma denuncia dumping chinês que prejudica produtores nacionais de alho	
	17	Deputado Heitor Schuch cobra do governo a defesa da produção nacional de alho	
	18	Governo de Santa Catarina aprova PL com incentivos fiscais para alho	
	19	Agricultura, Receita Federal e Comércio Exterior discutem questões do Mercosul e importação de alho	
ENTREVISTA	20	ANAPA prestigia posse da nova diretoria da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)	
	22	Deputado Hildo Rocha pede apoio para renovação do direito antidumping em audiência pública	Diego Andrade cria Frente Parlamentar em Defesa da Produção Nacional do Alho
	24	‘O setor novamente se mostrou competitivo’	
CAPA	26	31º Encontro Nacional dos Produtores de Alho movimentou município de Frei Rogério	
OPINIÃO	30	A importância do associativismo: juntos somos mais fortes	
ARTIGOS	32	Os impactos das liminares e o não pagamento da alíquota antidumping das importações chinesas de alho no mercado brasileiro	
	39	Fertilização organomineral em cultivo de alho	
ANUÁRIO	45	Luta continua contra importações chinesas	

EXPEDIENTE

PRESIDENTE

Rafael Jorge Corsino

VICE-PRESIDENTE

Oliv Schiavenin

PRESIDENTE DE HONRA

Marco Antônio Lucini

TESOUREIRO

Makoto Sekita

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Leonardo Lopes

DIRETOR EXECUTIVO

Ronaldo Troncha

DIRETORES JURÍDICOS

Clóvis Volpe

Rodrigo Jucá

COLABORADORES

Ana Paula Cenci

Marco Antônio Lucini

Fabio Etzberger Lucini

José Francisco Justino Neto

Luciana Lacerda

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO

Tiago Lopo

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Tatyusha Brisolla – MTB 8834

ESCRITÓRIO DA ANAPA

SMAS Trecho 3 Lote 3 Bloco C

Sala 108 – The Union Office

Brasília/DF – CEP: 70.610-635

Telefone: (61) 3321-0821

anapa@anapa.com.br

www.anapa.com.br



Caro AMIGO!

Gostaria de dar ‘boas-vindas’ a todos que iniciam a leitura da 30ª edição da revista Nosso Alho. A Associação Nacional dos Produtores de Alho vem há muito tempo combatendo as ilegalidades e injustiças cometidas contra o setor. Uma história de luta que esta revista tem retratado e contado a cada publicação.

A ANAPA iniciou o ano de 2019 com duas frentes de trabalho prioritárias. A primeira diz respeito ao combate às concessões indevidas de liminares judiciais, que vem autorizando o desembaraço do alho importado sem o pagamento da tarifa antidumping. E a segunda pauta, trata sobre um direito imprescindível para o setor produtivo: a renovação do direito antidumping. Dois temas que, ao mesmo tempo exigem trabalhos estratégicos diferentes, se convergem em um único propósito: garantir a eficácia da aplicação da taxa antidumping, para o alho importado da China.

Nós produtores sabemos da dificuldade de nos mantermos na atividade, gerando emprego em nossas propriedades, sem a incidência do direito antidumping para o alho importado. Essa tarifa que corrige uma distorção de valores no mercado do alho é um dos fatores que tem garantido competitividade aos alhicultores brasileiros.

As concessões indevidas de liminares judiciais estão refletindo subitamente do campo, pelo fato de o alho chinês chegar abaixo do custo de produção do alho nacional. Quando um juiz federal ou desembargadores autorizam a importação do alho chinês sem a necessidade do pagamento do direito antidumping, fixado em US\$ 7,80 a caixa de 10 quilos, eles assinam um atestado de obtido para o setor produtivo. Sem o antidumping, o custo da importação chega a R\$ 50,00 (a caixa de 10 quilos), sendo que o custo de produção do alho nacional está em média R\$ 78,00 (a caixa de 10 quilos).

A ANAPA tem plena convicção que a China não é economia de mercado, no segmento do alho. O gigante asiático não pratica as mesmas regras de mercado que o Brasil, por exemplo. Na China, há subsídios para o produtor, as terras (em sua maioria) ainda são do governo, e os agricultores chineses não são submetidos às mesmas regras ambientais e trabalhistas que nós, produtores brasileiros.

A meu ver, o governo federal não pode permitir tamanha competição desleal. Clamo para que o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o Ministro da Economia, Paulo Guedes, não caiam na tentação de implantar um liberalismo de maneira desordenada. A agricultura brasileira não está preparada para uma abertura de mercado neste momento, feita de maneira intempestiva. Antes, é preciso corrigir as distorções que existem, como o custo logístico, que nos Estados Unidos é de US\$ 20 ton, na Argentina US\$ 40 ton e no Brasil US\$ 90 ton. Como o produtor brasileiro pode competir dessa forma? Temos ainda grandes entraves comerciais no que diz respeito as questões de infraestrutura, carga tributária, trabalhista, ambiental, custos dos insumos, entre outros. É necessário construir diálogo e medidas em ação conjunta com as cadeias produtivas.

É importante frisar: caso não haja renovação da tarifa antidumping, a cultura de alho no Brasil está com os dias contados. E esta ação muito provavelmente levará a criação de um oligopólio no mercado

de importação de alho e os consumidores brasileiros pagarão um preço muito caro por isso.

Neste ano tão importante para o setor produtivo de alho, que está em jogo à renovação da tarifa antidumping, é que precisamos mostrar a nossa união. No decorrer do processo, a ANAPA precisará do envolvimento de cada agricultor nas manifestações, audiências públicas e redes sociais. Precisamos dar as mãos! Estamos no meio de uma grande batalha. E a Associação não medirá medindo esforços, de forma eficiente e estratégica, na defesa da produção de alho no Brasil. Isso eu posso garantir.

Agradeço o apoio da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina; a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), na pessoa do deputado Alceu Moreira; todas as entidades que compõem o Instituto Pensar Agro (IPA); e os parlamentares que tem sido nossa voz no Congresso Nacional.

Vamos em frente, juntos somos mais fortes!

Fiquem com Deus e ótima leitura!



RAFAEL JORGE CORSINO
Presidente da ANAPA



BAIXE AGORA NOSSO APLICATIVO

Os associados da ANAPA podem ter as conjunturas do mercado do alho, notícias, vídeos e cotações do produto na palma da mão!



PARA MAIS INFORMAÇÕES:
anapa@anapa.com.br

EXCLUSIVO
PARA ASSOCIADOS





ANAPA pede apoio ao MAPA para renovação do direito antidumping

‘A tarifa antidumping é crucial para garantir uma competitividade equilibrada e justa’, afirmou o presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA), Rafael Jorge Corsino, em reunião com a ministra da agricultura, Tereza Cristina. Corsino solicitou apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no procedimento de renovação do direito antidumping.

‘De acordo com os dados levantados, sem a aplicação do direito antidumping, o produto importado da China pode chegar até R\$ 30 abaixo do custo de produção do alho nacional. Isso significa acabar com a produção de alho no Brasil’, informou o presidente.

A ministra Tereza Cristina disse que o MAPA defende a renovação do antidumping para o alho e que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, está sensível ao tema. “O caso do alho é bem diferente do que ocorreu com o setor do leite”.

Corsino também pediu ajuda no combate à indústria de liminares. Segundo ele, a concessão indevida de liminares judiciais, que permitem o desembaraço do alho importado sem o pagamento da tarifa antidumping, ainda ocorre e os reflexos dessas ações estão no campo. ‘Muitos produtores diminuíram a área plantada e estão dispensando funcionários. Na região sul, por exemplo, os agricultores familiares catarinenses estão endividados, sem perspectivas de produção para a próxima safra. A situação é gravíssima’, alertou Rafael Corsino.

Nova diretoria se reúne para planejar ações estratégicas para os próximos três anos

Os integrantes da nova diretoria da ANAPA se reuniram, em Brasília, para traçar as estratégias para o próximo triênio e alinhar as ações prioritárias para 2019. Além do presidente nacional, Rafael Jorge Corsino, participaram da reunião os produtores: Leonardo Lopes (secretário-executivo), Makoto Sekita (tesoureiro), Mario Yamashita (conselho fiscal), Flávio Marcio Ferreira da Silva (presidente da Associação Mineira dos Produtores de Alho e membro do conselho fiscal da ANAPA), Gildo Shimada (diretor de planejamento estratégico), Aldo Oushiro (diretor de produção), José Elvis (diretor de envolvimento social) e o advogado Clovis Volpe (diretor jurídico).

‘A meta de trabalho para o primeiro semestre é por fim a indústria das liminares judiciais que vem penalizando o produtor nacional e promovendo uma competição injusta, até mesmo



com os importadores, no mercado do alho”, adiantou Corsino, ao final da reunião.

O presidente da ANAPA lembrou que recentemente um juiz federal, que por meio de liminares judiciais, autorizou importações sem a necessidade de recolhimento da taxa antidumping, foi condenado. Para ele, outros casos podem ter o mesmo desfecho, se essas práticas permanecerem.



Produtores traçam estratégias para a ANAPA e para a cultura do alho

A ANAPA promoveu nos Estados de Goiás, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, rodada de reuniões, com o objetivo de planejar ações estratégicas para a cultura do alho, em curto, médio e longo prazo. As reuniões foram encaminhadas pelo engenheiro agrônomo, Sergio Cordioli, que é profissional na área de planejamento e gestão.

‘Os encontros foram positivos e provocaram os associados a pensar na entidade com uma visão de futuro. Como produtores, precisamos ter a consciência de onde estamos e aonde queremos chegar. Os agricultores de alho do Brasil, além da vocação, tem uma capacidade enorme de produzir e precisamos potencializar isso’, destacou o presidente da ANAPA, Rafael Jorge Corsino.

O primeiro workshop ocorreu no PAD/DF, região próxima a Brasília, e reuniu produtores de Goiás e do Distrito Federal. Já o segundo encontro, aconteceu em São Gotardo, interior de Minas Gerais. Na pauta, os produtores do cerrado brasileiro, discutiram objetivos e metas tanto para questões internas da Associação, como para as áreas de pesquisa científica, política, jurídica e de marketing.

RIO GRANDE DO SUL

Para dar seguimento ao ciclo de debates e da construção do planejamento estratégico da ANAPA, os produtores gaúchos e catarinenses se reuniram no Sindicato Rural da cidade de Flores da Cunha, localizado no interior do Estado do Rio Grande do Sul.

Além do comparecimento de peso dos produtores, participaram do encontro o vice-presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA), Olir Schiavenin; o presidente da Associação Gaúcha de Produtores de Alho (AGAPA), Valdir Bueno; o presidente da Associação Catarinense dos Produtores de Alho (ACAPA), Everson Tagliari; e a secretária da agricultura de Flores da Cunha, Stella Pradella.

PRODUÇÃO DE ALHO NO RS

Conforme Schiavenin, o Rio Grande do Sul produz 1600 toneladas de alho por ano e tem como principais produtores os municípios de São Marcos, Ipê, Campestre da Serra, parte de Vacaria, São Francisco de Paula, Nova Pádua e Flores da Cunha. O Estado ocupa, atualmente, o terceiro lugar na produção de alho no país, atrás apenas de Goiás e Minas Gerais.



Rio Grande do Sul: Alho produzido no Estado surpreende pela qualidade



No final do ano passado, a colheita de alho da safra 2018/2019, do Estado do Rio Grande do Sul, surpreendeu os agricultores pela qualidade do produto. O tempo seco nos últimos 15 dias que antecederam o cultivo, acelerou o processo. A família Giachelin, que há 40 anos planta alho em Flores da Cunha e, atualmente, em Ipê, interior do Estado, comemorou os resultados de produção, sobretudo, da variedade 'São Valentim'.

'Sabemos que a expectativa do mercado não é boa, mas entendemos que o negócio é produzir. O produto tendo qualidade, é o que vale', contou o produtor Lucas Giachelin, que cresceu vendo o pai cultivar alho e agora segue com os trabalhos na lavoura.

Segundo Giachelin, apesar das chuvas no início da safra, a produtividade em 2018 foi boa para os produtores gaúchos. 'Para os agricultores daqui, do Sul, a safra 2017/2018 foi muito ruim. Pois além da falta de preço, também sofremos com a baixa produtividade', lembrou.

Encontro técnico em Cristalina discute panorama do mercado do alho

'O mercado do alho deverá ser similar ao de 2018, até junho'. A perspectiva foi projetada pelo presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA), Rafael Jorge Corsino, no II Encontro Técnico HF, promovido pelas empresas Casa Bugre e Polo Agrícola, que ocorreu na cidade de Cristina (GO).

'Acredito que oferta de alho cairá no segundo semestre, uma vez que as áreas de plantio da China, Espanha, Argentina e Sul do Brasil diminuirão', opinou Corsino.

Além da palestra da ANAPA, o Encontro levou ao conhecimento do público a pauta de Efeito Residual de Herbicidas em Hortaliças, proferida pelo professor da UFV, Marcelo Reis; e, também, o tema de rastreabilidade, com a empresa PariPassu.





Produtores de Santa Catarina pedem mais medidas para contrabando de alho nacional

O presidente da Associação Catarinense dos Produtores de Alho (ACAPA), Everson Tagliari, se reuniu com representantes do Governo Estadual para discutir a adoção de medidas de fiscalização contra o contrabando de alho na fronteira catarinense. Na oportunidade, o presidente solicitou a prorrogação dos custeios de financiamento dos agricultores. O encontro ocorreu durante a reunião da Câmara Setorial do Alho, de Santa Catarina.

A audiência, conduzida pelo presidente da Câmara Setorial, Itamir Gasparini, contou ainda com a participação do vice-prefeito de Lontras (SC), Rubens dos Santos; do secretário de agricultura do município de Curitibanos, Luiz Fernandes França; e de representantes da indústria de polpa do alho e empacotamento; da superintendência do MAPA; e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC).

Os produtores reivindicaram maior fiscalização nas fronteiras e o cumprimento da portaria 242, assim como o combate ao contrabando de alho do exterior, que chegam ao país em sacões e sem nenhum padrão de classificação. 'Deixando os preços cada vez mais baixos, dificultando a produção catarinense', afirmou Tagliari.

O QUE DIZ O GOVERNO?

Segundo o representante da CIDASC, a entidade afirma ter o capital humano para fornecer suporte na fiscalização, mas não tem o recurso financeiro, enquanto o MAPA afirma ter o capital financeiro, mas não tem o recurso humano para pôr em prática essa fiscalização.

Segundo o presidente da ACAPA, a Câmara Setorial do Alho fará um pedido ao MAPA, solicitando que esse recurso financeiro seja repassado a CIDASC.

Além do reforço na fiscalização, os produtores propuseram a rastreabilidade do alho importado, no que diz respeito à origem e a rotulagem, e que sejam exigidos os mesmos padrões de qualidade, como acontece com o alho produzido no Brasil.

Os produtores propuseram, ainda, que o alho desta safra seja vendido em pacotes fechados e não por quilo, como de costume. Na opinião deles, essa medida agrega mais valor ao produto nacional.

'O alho brasileiro pode ser armazenado por muito tempo dessa maneira, diferente do alho Argentino que só duram 2 a 3 dias nessas condições', afirma o presidente da ACAPA.





ANAPA quer restringir importações de alho em sacos

As importações de alho em sacos podem estar com os dias contados. O presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA), Rafael Jorge Corsino, solicitou mudanças na legislação que trata da importação de alho em embalagens de sacos de polipropileno. O pedido foi feito em reunião, com o então diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (DIPOV) do Ministério da Agricultura, Fábio Fernandes, e representantes da Vigiaagro.

A proposta apresentada pela ANAPA, propõe que seja permitido importações em sacos apenas para alho tipo indústria e de classificação 2 e 3, as demais classificações do produto deverão ingressar no país somente em caixas de 10kg.

‘O produto, quando importado em sacos, chega ao Brasil a um custo muito inferior, o que tira a competitividade do produtor de alho brasileiro. A sugestão da ANAPA é que somente alho indústria e de classificação 2 e 3 sejam importados em sacos, pois esses produtos tem menor valor agregado’, argumentou o presidente.

A solicitação da ANAPA tem o apoio da Associação dos Produtores

e Exportadores de Alho de Mendoza (ASOCAMEN), da Argentina. Segundo eles, as exportações indiscriminadas em sacos também prejudicam os exportadores que comercializam o produto em caixas, dentro dos padrões exigidos pelo mercado de alho.

A iniciativa da ANAPA atende a uma reivindicação dos produtores de Santa Catarina.

Corsino solicitou, também, rigor na fiscalização das importações de alho. De acordo com denúncias recebidas pela ANAPA, chegam ao Brasil cargas de alho com misturas de classes na mesma embalagem, em descumprimento com a Portaria 242.

Ainda segundo o presidente nacional, essas práticas estão prejudicando e derrubando os preços de alho do mercado brasileiro. ‘Na Nota Fiscal diz que é alho de determinada classe, mas o interior da carga não corresponde à classificação do alho constado na nota. Ou seja, na mesma embalagem tem produto de várias classificações juntas’, explicou.





Em Mendoza, ANAPA discute ações de defesa comercial com produtores argentinos



Mendoza/Argentina – Em 2018 as importações de alho da Argentina para o Brasil superaram a média histórica. A dependência do mercado brasileiro preocupa os agricultores, sobretudo, os da região sul do país, que comercializam o produto no mesmo período do pico da safra argentina. Para discutir essa questão, o presidente da ANAPA, Rafael Jorge Corsino, esteve em Mendoza (AR), em encontros com representantes da ASOCAMEN (Associação dos Produtores e Exportadores de Alho de Mendoza), governo e produtores locais.

Segundo dados da ANAPA, de janeiro a setembro de 2018, a participação da Argentina nas importações brasileiras de alho foi de 55%. Um aumento de 16%, quando comparado ao mesmo período de 2017.

‘Brasil e Argentina são parceiros, mas, em 2018, 87% das exportações da Argentina tiveram como destino principal o Brasil. Essa dependência é prejudicial para ambos os países. É necessário expandir as exportações para outros mercados mundiais, principalmente em períodos de crise, como esta que o setor atravessa, de baixos preços’, ponderou Corsino, em reunião com produtores de alho e governo de Mendoza.

O volume médio importado pela Argentina registrou um aumento significativo e constante, quando comparado a mesma performance média dos últimos sete anos. Em março de 2018, por exemplo, foram importados 1.528.520 de caixas de alho, valor bem acima dos 978.025, volume médio do mês dos anos de 2010 a 2017.





O presidente da ANAPA sugeriu a criação de um selo de qualidade e um acordo de cooperação mútua de fiscalização e controle, sobretudo nas fronteiras dos países, atendendo a uma reivindicação dos produtores de Santa Catarina, reforçada no último Encontro Nacional dos Produtores de Alho. Os agricultores catarinenses apelam para o cumprimento da portaria 242, a fim de evitar o contrabando de alho nas fronteiras e as importações do produto fora dos padrões de classificação.

DEFESA COMERCIAL

Rafael Corsino apresentou, ainda, 20 medidas de defesa comercial em andamento pela ANAPA. Entre elas, a renovação do direito antidumping, que conta com o apoio da ASO-CAMEN e do governo argentino; além do combate à concessão indevida de liminares judiciais, para não pagamento da tarifa de importação (direito antidumping); a manutenção do alho na LETEC; entre outras.

PRODUÇÃO

O presidente da ANAPA aproveitou a passagem por Mendoza e visitou alguns galpões de alho, como a Agroruggeri, DeMarchi, bem como as lavouras de Ariel Zucarelli, Osvaldo Sanchez, Daniel Esposito e Gabriel Martin.





CNA e ANAPA debatem prejuízos causados por alho da China



Assessoria de Comunicação da CNA

Os presidentes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, e da Associação Nacional dos Produtores de Alho (Anapa), Rafael Jorge Corsino, se reuniram para discutir os prejuízos causados por liminares da justiça que impedem a cobrança da tarifa antidumping do alho importado da China.

O alho chinês é taxado no Brasil desde 1996 e a medida é renovada a cada cinco anos. No início de 2018, a ANAPA solicitou novamente ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) a revisão do direito antidumping.

De imediato, a CNA apoiou o pleito após verificar que o alho importado da China estava sendo vendido a preço inferior ao do produto brasileiro, no período de abril de 2017 a março de 2018.

‘Hoje, a tarifa antidumping custa US\$ 7,8 por cada caixa de 10 quilos, mas algumas empresas importadoras obtiveram liminares que impedem essa cobrança, reduzindo assim, o preço do alho chinês no país. Os produtores brasileiros estão sendo prejudicados com essa concorrência desleal’, explicou Rafael Corsino.

Para a CNA, a extinção do direito antidumping reduziria a participação do alho brasileiro no consumo interno e inviabilizaria a cultura, que tem grande potencial de crescimento com a aplicação da medida de defesa comercial.

‘Se não houvesse a medida, o produto nacional não conseguiria competir de forma igualitária com o alho importado da China’, disse o assessor técnico da CNA, Eduardo Brandão, também presente no encontro.

Em 2009, a ANAPA entrou com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF), para evitar a concessão das liminares. Atualmente, o relator da ADPF 177 é o ministro Roberto Barroso.



Servidores da ANVISA realizam visita técnica em packing house de alho

O presidente da ANAPA, Rafael Jorge Corsino, recebeu servidores que trabalham com registros de produtos fitossanitários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Corsino, que também é produtor rural, abriu as portas de sua empresa para mostrar a realidade vivida pelos produtores rurais.

‘Essas visitas técnicas são muito importantes, pois os servidores que constroem ou ajudam a construir as leis que impactam diretamente no setor produtivo, tem de conhecer a realidade do agricultor e as dificuldades do campo, se atualizar com o processo produtivo, que é muito dinâmico’, avaliou o presidente.

A comitiva, organizada pelo gerente geral de toxicologia da ANVISA, Carlos Alexandre Oliveira Gomes, reuniu 20 servidores, incluindo o diretor associado do Departamento de Agricultura e Agroalimentos do Canadá, Marcos Alvarez.

Os funcionários da ANVISA conheceram as instalações de packing house e observaram de perto as tecnologias de aplicação



de defensivos agrícolas, como os equipamentos de proteção individual, pulverizadores costais e tratorizados, bicos de aplicação, entre outros.

Na visão do presidente da ANAPA, visitas técnicas como esta, poderiam fazer parte da rotina de todos os servidores que trabalham em órgãos legislativos, de fiscalização e controle. ‘As leis, resoluções e instruções normativas têm de convergir com a realidade, não podem ser construídas apenas em gabinetes. É necessário que os servidores conheçam o dia a dia do produtor’, finalizou Corsino.

15 ANOS
VEGETAL
Agronegócios



agricultura
é o nosso negócio.

CEASA-DF
(61) 3234.8485

Planaltina-DF
(61) 3388.1701

Luziânia-GO
(61) 3622.2927

Cristalina-GO
(61) 3612.7137

VISITE NOSSO SITE
www.vegetalagro.com.br

Confira nossa linha
de produtos BAYER
para a cultura de alho:



Provado

Totril

Turbo

decis

NATIVO

Ronstar

BULLDOCK



Selma denuncia dumping chinês que prejudica produtores nacionais de alho

 Da Redação, Agência Senado

A senadora Selma Arruda (PSL-MT) defendeu, em discurso no Plenário, a produção nacional de alho e reclamou da prática de dumping por parte do governo e de produtores chineses, conforme denunciou o agrônomo Xico Graziano, em artigo publicado no site Poder 360.

De acordo com o texto, lido por Selma, o Brasil comprovou em 1996 que a China vendia alho no exterior com preço abaixo do custo de produção. Seguindo normas internacionais, o Brasil impôs uma tarifa antidumping para fazer justiça aos produtores locais. Antes da abertura comercial para o alho importado da China, o Brasil plantava 18 mil hectares de alho e abastecia 90% do mercado interno.

A China produz, sozinha, 78% do alho mundial, comanda 80% das exportações do mundo e protege financeiramente os seus exportadores.

Com a política antidumping, o Brasil conseguiu proteger os produtores nacionais até que, nos últimos anos, a área produzida, é de 11 mil. Hoje, apenas 45% do alho consumido no país é brasileiro. Chegou-se à conclusão de que isso é efeito de uma indústria de liminares, que vem permitindo que empresas nacionais importem alho chinês sem pagar a tarifa antidumping, atualmente no valor de US\$ 7,80 por caixa de 10 quilos de alho.

‘Aqui no Brasil os importadores estão conseguindo liminares para que essa quantidade gigantesca de alho importado consiga entrar no país sem recolher a tarifa, causando ao país uma perda de receita estimada em R\$ 280 milhões por ano. Isso é que se pode chamar de uma torneira aberta jogando dinheiro fora. Eu recebi essa denúncia, resolvi torná-la pública, e já comunico a esta Casa que devo adotar as providências cabíveis, no âmbito da minha competência’, informou a senadora.





Deputado Heitor Schuch **cobra** do governo a defesa da produção nacional de alho

O deputado Heitor Schuch (PSB-RS) também repercutiu, em pronunciamento no Plenário da Câmara dos Deputados, a coluna publicada pelo agrônomo, Xico Graziano, no site Poder 306. Schuch, que conhece bem a realidade dos produtores de alho gaúchos, questionou a omissão da administração pública, no combate às práticas de importação, que visam burlar o pagamento da alíquota antidumping.

‘A pergunta é: onde está a Receita Federal, que permite isso? Onde está o governo, que não toma nenhuma atitude?’, contestou o parlamentar.

Leia o discurso completo:

Um artigo que está chamando atenção de muita gente, publicada por Xico Graziano, onde ele escreve: o Brasil precisa proteger a produção nacional de alho. A produção nacional de alho está sendo sufocada pelas mãos da corrupção e seu algoz mora dentro do judiciário e responde pelo nome de ‘liminar’. Liminares judiciais andam permitindo que empresas nacionais importem alho chinês, sem pagar o antidumping (tarifa de importação).

Tudo indica existir uma esquema de propina, permitindo burlar a legislação.

A pergunta é: onde está a Receita Federal, que permite isso? Onde está o governo, que não toma nenhuma atitude?





Governo de Santa Catarina aprova PL com incentivos fiscais para alho



Da Redação, do JMais

Por unanimidade, os deputados catarinenses aprovaram o Projeto de Lei (PL) 28/2019, de autoria do Poder Executivo, que restitui benefícios fiscais de ICMS para a comercialização de alho, suínos vivos, erva-mate e madeira serrada. A proposta também teve a redação final aprovada e já segue para sanção do governador Carlos Moisés da Silva (PSL).

O projeto concede redução na alíquota de ICMS para o alho nobre roxo nacional in natura e para a venda de suínos vivos para outros estados, e concede crédito presumido do imposto para erva-mate e madeira serrada em bruto. Esses benefícios seriam retirados em abril, conforme decreto editado pelo Poder Executivo, no final do ano passado. Com a aprovação na forma de projeto de lei pela Assembleia Legislativa, eles serão mantidos.

O PL tramitou em regime de urgência e recebeu apoio de todos os deputados. 'É importante para que esses segmentos continuem sendo competitivos, principalmente com relação aos estados vizinhos', destacou o deputado José Milton Scheffer (PP).

'É um exemplo concreto de que o governo busca entendimento com o setor produtivo e o Parlamento', completou Altair Silva (PP). A Deputada Paulinha (PDT), e os deputados Marcius Machado (PR) e Maurício Eskudlark (PR) também destacaram a importância do projeto.

O líder do governo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), deputado Coronel Mocelli (PSL), solicitou a votação em destaque do parágrafo 7º do artigo 1º do PL. Conforme ele, esse ponto foi incluído equivocadamente no texto do projeto. O pedido teve a concordância do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado Romildo Titon (MDB). A retirada deste trecho foi aprovada por unanimidade.

O PL 28/2019 foi aprovado com uma emenda, incluída na Comissão de Finanças e Tributação. Ela acrescenta a expressão 'na forma da lei', ao inciso I do parágrafo 2º do artigo 1º do projeto, tendo em vista a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) de que todas as matérias que tratem de incentivos fiscais tramitem pela Assembleia Legislativa na forma de projeto de lei.

A medida aprovada reduz a alíquota de ICMS do alho nobre roxo nacional in natura de 12% para 1,2%.





Agricultura, Receita Federal e Comércio Exterior discutem questões do Mercosul e importação de alho

O presidente ANAPA, Rafael Jorge Corsino, discutiu as assimetrias do Mercosul, em encontro com a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina; e os secretários da Receita Federal, o economista e ex-deputado Marcos Cintra; e o de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, o diplomata Marcos Troyjo. A audiência, de iniciativa do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), contou ainda com a participação do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS) e reuniu, além do setor do alho, outros segmentos rurais, como: cebola, arroz, leite, maçã, trigo, uva e vinho.

Na visão do presidente da ANAPA, existe uma competição desleal, principalmente no mercado de importação. Segundo ele, há práticas ilegais e abusivas que devem ser combatidas, principalmente nas questões que tangem o subfaturamento, a triangulação e o não recolhimento do direito antidumping.

‘Como pode uma desembargadora voltar da decisão três vezes, sem ter mudado nada do conteúdo da discussão jurídica? Enquanto o processo está parado, as empresas importadoras estão desembaraçando o alho sem pagar a taxa de importação, prejudicando toda uma cadeia’, desabafou Corsino, ao falar sobre a concessão indevida de liminares judiciais, impedem a cobrança da tarifa antidumping para o alho importado da China.

Rafael Corsino frisou que a resolução n°.47/2017 põe fim a discussão, pois esclarece que todo alho (fresco ou refrigerado) im-

portado da China, tem de pagar a taxa antidumping. Ainda de acordo com ele, as liminares são estratégias de importadoras para burlar o pagamento da tarifa de importação e criar uma reserva de mercado.

‘Isso precisa ser investigado, pois o setor não comporta mais essa injustiça. Mais de cinco mil agricultores familiares estão sendo penalizados e saindo da atividade, para enriquecimento de meia dúzia de empresas’, avaliou o presidente nacional.

MERCOSUL

Na visão de Corsino, o governo brasileiro precisa ser mais criterioso, inclusive com os produtos importados enviados ao Brasil. Na opinião dele, o Brasil não poderia aceitar a internalização de produtos agrícolas que contêm defensivos que não são permitidos no mercado interno. ‘Se os agricultores brasileiros não podem utilizar certos agroquímicos, não deveria permitir a importação de produtos que contêm substâncias não autorizadas aqui. O jogo tem de ser igual’, disse.

‘Assim como um fusca não tem chances de competir com um BMW, nós, produtores brasileiros não temos condições de competir com países que contam com subsídios e custos de produção mais baixos. Precisamos de um veículo da mesma categoria, com as mesmas condições’, concluiu o presidente.







ANAPA prestigia posse da nova diretoria da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA)

A Associação Nacional dos Produtores de Alho (ANAPA), na pessoa do presidente nacional, Rafael Jorge Corsino, marcou presença na cerimônia de posse do deputado Alceu Moreira (MDB-RS). O parlamentar recebeu da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, o cargo de presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e passa a comandar a bancada no ano de 2019.

A cerimônia de posse da nova diretoria, em Brasília, composta por 26 parlamentares, foi cercada de autoridades, entre elas, o presidente da República Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

‘Temos que levar em consideração todos os atores envolvidos no setor para produzir soluções inteligentes. A FPA é uma ferramenta de solução de vida coletiva para povo brasileiro e precisa ter esta responsabilidade. Precisamos ouvir as cabeças mais brilhantes, que conhecem os mais diversos temas, e ao mesmo tempo ouvir quem tem o poder de decisão sobre eles’, discursou Alceu Moreira.

A ministra lembrou os desafios que enfrentou enquanto esteve à frente da FPA, em 2018, e afirmou que a agropecuária continua sendo o motor da economia do país. ‘São homens e mulheres que trabalham incansavelmente pela agricultura’, disse. A ex-presidente reafirmou a importância da Frente Parlamentar da Agropecuária. ‘A Frente mudou o destino do país quando, lá atrás, resolveu deixar de ser setorial e se uniu para também fazer política. Essa frente é sui generis: não existe outra como a FPA’.

O presidente Bolsonaro definiu a agropecuária como a locomotiva da economia do país. ‘São homens e mulheres responsáveis pelo nosso PIB’, discursou lembrando dos grandes embates que teve na Câmara dos Deputados ao lado de Alceu Moreira. O presidente citou ainda as dificuldades enfrentadas pelos produtores.

‘Não é fácil, são desafios, trabalho de sol a sol, de segunda a segunda. Contem com alguém que está ao lado de vocês para que possam ter a devida segurança jurídica para poder plantar e produzir’, discursou Bolsonaro.

Entre os presentes, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, entidades representativas do setor produtivo nacional, governadores, e mais de 200 parlamentares do Congresso Nacional. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também participou do evento.



Deputado Hildo Rocha pede apoio para renovação do direito antidumping em audiência pública



‘A China impôs tarifa antidumping para nós, tanto para o frango e para o açúcar, enquanto aqui no Brasil estamos afrouxando para os chineses, e vamos permitir que 150 mil pessoas que trabalham com alho fiquem desempregadas’, afirmou o deputado Hildo Rocha (MDB/MA), em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que ocorreu na última quarta-feira (27).

O deputado lembrou a necessidade da renovação do direito antidumping do alho, setor produtivo que é fonte de emprego e renda.

‘Na China eles incentivam a produção do alho, enquanto nós estamos acabando com a tarifa antidumping para o produto chinês. Dessa forma vamos desempregar 150 mil pessoas e perder o cultivo de alho no Brasil, e toda vez que precisamos do produto, vamos importar da China’, informou Rocha.

O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, disse que todas as medidas estão sendo avaliadas para administrar as questões de barganha com a China. ‘A Comissão e o presidente estão atentos a esta pauta e na reação do seu conjunto’, afirmou o Ministro.

Diego Andrade cria Frente Parlamentar em Defesa da Produção Nacional do Alho

De iniciativa do Deputado Diego Andrade, foi instituída a Frente Parlamentar em Defesa da Produção Nacional do Alho. O parlamentar, que é coordenador da bancada de Minas Gerais, conseguiu colher mais de 230 assinaturas em prol da criação desta frente de trabalho.

‘Importante área da agricultura, que gera milhares de empregos’, disse o deputado, ao divulgar a boa notícia.

A Frente Parlamentar em Defesa da Produção Nacional do Alho vem para discutir e aprimorar a legislação referente ao setor produtivo de alho no Brasil.





STANHAY STAR PLUS

- ✓ Produzida no Brasil
- ✓ Pós vendas
- ✓ Serviços locais
- ✓ Financiada pelo FINAME



STANHAY

PRECISION SEEDERS

+55 62 3636-3050

comercial@stamaquinas.com.br

www.stamaquinas.com.br



/stamaquinas



stamaquinas

Rod. BR-153, Km 493,5 - Lotes 18 e 19

Chácara Retiro CEP - 74.620-425

Goiânia - GO



“O setor novamente se **mostrou competitivo**”



Por Katherine Alexandria, especial para a Revista Campo

Dificuldades com a crise econômica e política brasileira, barreiras no comércio exterior e na logística fizeram de 2018 um ano repleto de desafios para o agronegócio. Ainda assim, o balanço foi positivo. Em entrevista a revista Campo, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e deputado federal, José Mário Schreiner (DEM-GO), pontua os destaques e os caminhos importantes para ampliar a produtividade do setor também em 2019. Confira:

QUAL É O CENÁRIO PARA A AGROPECUÁRIA EM 2019?

É inegável que as mudanças no cenário político brasileiro trazem boas expectativas no que se refere ao poder público. Acreditamos que os novos governos (federal e estadual) terão foco na melhoria da eficiência do poder público, diminuindo a morosidade dos processos e reduzindo os custos da máquina pública, o que pode se reverter em menores impostos e maiores investimentos em políticas de desenvolvimento. Já na questão de rentabilidade das atividades rurais, as preocupações continuam, tendo em vista que o cenário econômico continua a ser bastante desafiador, com custos de produção crescentes e consumo ainda em recuperação. Como sempre, a eficiência dos produtores rurais será fundamental para garantir bons resultados, ressaltando a importância de se manter bons níveis de produtividade e investir em gestão, seja nos processos de produção como também na comercialização.



QUAL A IMPORTÂNCIA DO SETOR RURAL NO ATUAL CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO?

O agronegócio foi fundamental para a saída do País da recessão, tendo obtido níveis de crescimento bem acima dos verificados em outros setores. Nos últimos três anos, com o agravamento da crise econômica, o setor liderou o crescimento do PIB e a geração de empregos, se consolidando como a principal força motriz. Isso se refletiu na visão da sociedade quanto ao setor, que hoje reconhece de forma mais ampla a importância do agro. Ainda temos muito a avançar para que o agronegócio possa conquistar crescimento ainda mais efetivo nos próximos anos, mas certamente os resultados obtidos no passado evidenciam que o Brasil precisa evoluir ainda mais no fomento às atividades produtivas rurais, garantindo o adequado abastecimento interno e gerando novos negócios que vão refletir em melhoria de renda e emprego.

EM SUA OPINIÃO, COMO O SETOR CONSEGUIU SE SUPERAR E INCLUSIVE AMPLIAR PRODUTIVIDADE EM ALGUMAS ATIVIDADES?

De forma geral, apesar dos graves entraves sofridos pela agropecuária brasileira, como logística e altos custos, a competitividade e a eficiência do setor ainda se mantêm aquecidas, o que deu suporte a obtenção de avanços mesmo num cenário mais adverso e desafiador. Os produtores rurais têm investido cada vez mais em ganho de produtividade e gestão, o que traz mais resiliência aos negócios rurais para enfrentar momentos de margens mais apertadas. Acreditamos que esta é a grande mola de crescimento do setor e foi isso que deu suporte para os avanços observados nesses anos de agravamento da crise econômica no Brasil. A eficiência e dinamismo do setor também tem dado suporte à manutenção e expansão do mercado externo dos produtos agropecuários, sendo este outro grande diferencial frente a outros segmentos.

O QUE É PRECISO PARA AMPLIAR A COMPETITIVIDADE?

Para ampliar esta competitividade é preciso que cresçam os investimentos em infraestrutura, com melhoria das condições logísticas. Também é importante trabalhar na melhoria dos processos burocráticos do poder público, trazendo um ambiente de negócios mais favorável aos empreendedores que atuam no Estado. Trabalhar as principais reformas de que o País precisa para se tornar ainda mais competitivo, como as reformas tributária e previdenciária. Outro ponto crucial para expansão de todas as atividades econômicas é a melhoria do fornecimento de energia elétrica, que foi extremamente negligenciada nos últimos anos.

O QUE PRECISA DE MAIOR ATENÇÃO DO PODER PÚBLICO?

São vários os pontos de atenção e melhoria em se tratando do poder público. Entre eles podemos destacar a logística. É preciso impedir a implementação do tabelamento de fretes, que cria uma tabela artificial de preços no transporte e se contrapõe aos mecanismos de livre mercado. É fundamental também garantir investimentos mais tempestivos na malha rodoviária, com a realização de novas pavimentações, duplicações e manutenção da qualidade das rodovias. É preciso também consolidar o funcionamento da Ferrovia Norte-Sul e garantir a ampliação do uso de hidrovias no Estado. Destaco também armazenagem. É importante ampliar a capacidade de armazenamento dos produtos agrícolas nas propriedades rurais, dando melhores condições de logística e comercialização da produção. A desburocratização também é fundamental, é preciso avançar na utilização de tecnologia e sistematização dos processos burocráticos, diminuindo os encargos às atividades econômicas e agilizando os processos internos exigidos pelas legislações trabalhista, ambiental e fiscal. Desenvolver uma política efetiva de seguro rural também dará condições de maior segurança aos produtores rurais e empresas do setor, fomentando a ampliação dos investimentos e produtividade de forma geral. A segurança rural também é um dos grandes problemas no campo e investir de forma maciça nesta área será fundamental. Melhorias na legislação voltada ao setor é outro ponto que poderá refletir em maior segurança jurídica e no desenvolvimento de políticas públicas que tragam efetiva evolução das atividades produtivas. Nos últimos dois anos, o Brasil sofreu bastante com problemas sanitários apontados em algumas atividades, em especial na pecuária. Precisamos trabalhar em políticas efetivas de fiscalização e adequação dos processos sanitários, evitando que eventuais inconformidades afetem a cadeia produtiva. Além disso, precisamos mostrar ao mundo e aos consumidores que o Brasil é sim um local que respeita os padrões mundiais de qualidade, realizando campanhas de fomento da inserção de nossos produtos no mercado externo.

TECELAGEM INDUCOR



**FITILHO PARA COLHEITADEIRA
DE ALHO
E LINHA DE POLIÉSTER PARA
COSTURAS DE SACARIAS**

vendas@inducor.com.br
www.inducor.com.br



**DESDE 2001
PARCEIRA DOS
PRODUTORES DE ALHO
DO BRASIL**

Rua São Sebastião do Cai, 865. Cep 93260-040 . Esteio - Rio Grande do Sul - Fone: (51) 3473-3111



31º Encontro Nacional dos Produtores de Alho movimenta município de Frei Rogério



Assessoria de Comunicação da ANAPA,
com informações do Jornal "A Semana"
Fotos: Marinara Franz



O clube social do Núcleo Tritícola, localizado em Frei Rogério, interior de Santa Catarina, foi palco do 31º Encontro Nacional dos Produtores de Alho. O evento, organizado pela prefeitura municipal de Frei Rogério, em parceria com as Associações nacional (ANAPA) e catarinense (ACAPA) dos produtores de alho, recebeu um público de mais de quatrocentas pessoas.

‘O Encontro Nacional é sempre um momento esperado pelos produtores, afinal é um momento de integração do setor da alhicultura e, também, oportunidade para os agricultores acompanharem de perto o trabalho que a ANAPA e a ACAPA vem realizando, em busca de melhorias para o setor’, informou Rafael Jorge Corsino, presidente nacional da ANAPA.

‘Os desafios e as oportunidades da cultura do alho’ pautou o tema da 31ª edição, que abordou questões de manejo de bactérias, alho livre de vírus e as perspectivas do mercado para a próxima safra. As temáticas foram expostas pelo professor Chukichi Kurozawa e pelos engenheiros agrônomos Leandro Hann (Epagri/SC) e Marco Antônio Lucini, respectivamente. A programação do evento contou, ainda, com uma novidade: o painel de discussão sobre aspectos conjunturais da cultura do alho.

‘Pensamos nesse evento, com o intuito de que fosse também uma oportunidade para os produtores obter, com especialistas e pesquisadores, novos conhecimentos que façam diferença no cultivo do alho, uma das culturas que mais movimenta a econo-

mia de Frei Rogério e região”, disse Everson Tagliari, presidente da Associação Catarinense dos Produtores de Alho.

O secretário de Agricultura de Frei Rogério, Itamir Gasparini, lembrou que a safra de alho catarinense (2017/18) enfrentou grandes dificuldades de comercialização, devido ao excesso de importação de alho. ‘A situação foi tão complicada que a Prefeitura teve de decretar situação de emergência. Mais do que nunca, é preciso discutir as perspectivas de produção, para o agricultor permanecer apostando na cultura’, destacou.

Na oportunidade, conforme convocação prévia foi eleita à nova diretoria da ANAPA para o triênio 2019/2021. A Chapa ‘alho do Brasil’ foi aclamada por unanimidade. Quem assumirá a presidência, é o reeleito produtor rural e engenheiro agrônomo, Rafael Jorge Corsino. Com ele, compõem a nova diretoria o vice-presidente Olir Schiavenin, o secretário Leonardo Lopes, o secretário adjunto Everson Tagliari e o tesoureiro Makoto Sekita. Fazem parte do conselho fiscal eleito, os produtores: Ricardo Muraoka, Mario Yamashita, Sandro Bley, Eduardo Sekita e Flavio Marcio Ferreira da Silva.

O encontro nacional recebeu apoio da Epagri/SC, da Cooperativa Regional Agropecuária do Meio-Oeste Catarinense (COPAR), da Associação de Municípios da Região do Contestado (AMURC) e das empresas Basf, Sicoob e Cresol.





AGRÔNOMO FAZ ALERTA PARA PRODUÇÃO DE ALHO

As produções e os estoques de alho no mundo continuam altos e os preços, muito baixos. Essa é a tendência de mercado da safra 2018/19, apresentada pelo engenheiro agrônomo Marco Antônio Lucini, durante o 31º Encontro Nacional dos Produtores de Alho.

Segundo Lucini, na safra passada (2017/18), o alho argentino chegou ao mercado brasileiro a R\$ 15 por caixa mais barato que o custo de produção no Sul do Brasil. Nesta safra, a expectativa é de que o valor do produto argentino seja de, no mínimo, US\$ 160/Fob/Caixa. 'Dessa forma, chegaria ao mercado atacadista nacional no mesmo custo do alho da região de Curitiba', explicou o agrônomo.

O agrônomo revelou que a produção mundial de alho é dominada pela China, com 165 milhões de caixas de dez quilos por ano, 80% do total. A Espanha, o segundo exportador, é responsável por 8% e a Argentina, 4%. O Brasil, como um tradicional importador, compra alho desses três países.

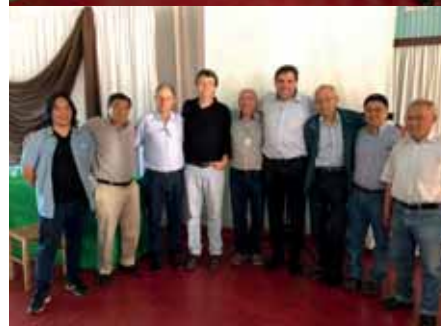
'Nosso problema, de mais de duas décadas, são as liminares judiciais concedidas ou compradas pelos importadores para deixarem de pagar a taxa de antidumping e, assim, concorrerem de forma desleal com o alho nacional', criticou.

Ele reforçou que o alho importado é responsável por 55% do abastecimento nacional, com destaque para a China (41%), Argentina (51%) e Espanha (7%). A orientação do agrônomo é de que o produtor seja competitivo em relação a produtividade, custos e também na comercialização com a venda escalonada, dentro das normas e padrões com qualidade. 'Alho bem classificado, embalado, toaleado, como exige o mercado. Só assim competiremos com os importados. Não cabe mais, há muito tempo, amadorismo em nossa atividade de cultivo de alho nobre roxo no Brasil', defendeu.

CONSUMO

De acordo com Lucini, o consumo nacional de alho será de 30 milhões de caixas de dez quilos na safra de 2018/19. São 2,5 milhões de caixas por mês ou cerca de 83.300 caixas por dia. Além disso, o agrônomo destacou que, na próxima safra, 45% do alho consumido será da produção nacional e os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul respondem por três milhões de caixas.





Financiamos sua máquina pelo  **BNDES**
Venda, assistência técnica e reformas em geral.

(61) 3612 1690
Av. Copacabana Qd. 20 Lt. 03
Setor Rio de Janeiro Cristalina-GO



A importância do associativismo: juntos somos mais fortes

Como a representação do setor agropecuário pode auxiliar nas suas pautas? E, na reforma da previdência?



Ana Paula Cenci e Luciana Lacerda - sócias diretoras da ImPlantar

Em primeiro lugar gostaríamos de apresentar o conceito da palavra associativismo, de acordo com o Dicionário do Aurélio: Movimento organizado ou prática de associação de grupos sociais, notadamente de grupos laborais ou setoriais.

Sendo assim, a ideia de nos associarmos a pessoas ou a uma entidade vem da vontade de unirmos esforços em prol de sonhos, ideais, soluções e problemas comuns a uma classe ou comunidade. Por meio dessa união, com foco em trazer melhorias para um número maior de pessoas a Associação dá uma nova identidade a um grupo que passa a ter voz ativa e coletiva para trabalhar seus interesses, demonstrando seus pontos de vista de forma legítima e organizada. O que isso quer dizer? Não se trata mais da opinião de indivíduos separadamente, mas sim de vários, ou seja, 'juntos somos mais fortes'!

A Associação é uma figura democrática e essencial para o amadurecimento e construção de políticas públicas que sejam de fato úteis para um determinado setor. Aí você nos pergunta, e no Agro, como funciona? Da mesma forma: as entidades representativas (como já diz o nome) representam os seus associados nos mais diversos ambientes de debate da sociedade civil, resguardando suas pautas com embasamento técnico e econômico. Para nós que acompanhamos o agro nos cenários políticos de Brasília, é cada vez mais frequente vermos as associações, sindicatos e federações se manifestando em inúmeros assuntos, especialmente no Ministério da Agricultura e no Congresso Nacional, a fim de apresentarem os interesses de seus representados.



E pode ter certeza que os debates acalorados do país estão sempre, sempre mesmo, sendo analisados e discutidos pelas diversas entidades representativas que existem. E por falar em debates apimentados, o tema da vez é um só: Reforma da Previdência. A tão famosa Reforma que, com certeza, está sendo debatida e continuará na pauta das discussões durante os próximos meses - mostrando a força e a opinião das diversas associações. Neste contexto, o produtor rural e as agroindústrias já se organizaram para serem ouvidos durante os debates que ocorrerão no Congresso a fim de lutar por seus ideias e pretensões.

Complicado né? Muitos interesses em jogo! Mas, uma coisa é certa: o debate para defender os interesses setoriais é muito polarizado. Afinal, garantir os direitos conquistados sem abrir mão de benefícios, não é tarefa fácil. Para nós fica claro que o debate político deve ser organizado e é aí que entram as associações, pois elas têm a capacidade de representar cada um dos diferentes Brasis que temos, sejam eles de servidores, professores, militares, juristas, produtores rurais, policiais ou do cidadão comum.

Porém é preciso lembrar que, dar voz a uma classe e lutar por seus direitos não pode estar acima do diálogo e da construção justa de um país melhor para todos. Os interesses de alguns não podem usurpar os benefícios de todos. É preciso garantir que o princípio da isonomia, detalhado na Constituição de 1988, em seu artigo 5º seja respeitado. Sendo assim, regimes de previdência, salários e demais direitos devem ser assegurados a todos respeitando as diferenças e particularidades de cada setor.

O que as entidades de classe não devem fazer é proporcionar o privilégio entre seus grupos e infelizmente essa situação ainda

é recorrente no Brasil. Ou seja, o que nós somos contra é usar o famoso jeitinho brasileiro para influenciar, de forma negativa, o debate com o poder público. Isso não é apenas um jogo de interesses (como muitas pessoas pensam) isso é o futuro do nosso Brasil, do nosso país. Para participar do debate é necessário usar argumentos técnicos, econômicos e verdadeiros e não simplesmente o poder, a troca de favores ou influência. Reforçamos que as particularidades devem ser tratadas de forma diferente sim, mas nunca de forma 'ilegal'.

Em resumo: o associativismo deve e pode trazer inúmeros benefícios a jovem e talvez atrapalhada democracia brasileira, porém o direito de ser ouvido e de representar um setor ou classe não deve e não pode diminuir a importância dos demais. Parece bem óbvio, né? Mas, para funcionar é necessário eliminarmos (e com urgência) as pautas exclusivistas, que não se preocupam com o crescimento harmônico e justo do país. E por falar em país é essencial frisar: o Brasil é de todos e não somente de alguns.

É preciso desenvolver o senso de coletividade e responsabilidade dos brasileiros. E é exatamente aí que entra o Agronegócio! Acreditamos que o agro tem esta capacidade, por ser um setor economicamente e socialmente fundamental para o crescimento do país, presente no dia-a-dia de todos os brasileiros. Dessa forma, resolvemos te fazer um convite! O que acha de estar próximo da sua associação, sindicato ou federação a fim de construirmos de maneira ética e democrática o Brasil que sonhamos e queremos.

Venha para o debate e faça parte!



MB Agriculture
consultoria e assessoria
em agronegócio

(19) 3635-2479 | (19) 99923-4368
consult@mbagriculture.com.br
www.mbagriculture.com.br

NOSSO PARCEIRO NO RS **MENEGON**
(54) 3291-7167
menegon@menegonautomotivos.com.br



TRATADOR QUÍMICO DE SEMENTE



DEBULHADORA E CLASSIFICADORA DE SEMENTES



PLANTADORA MECÂNICA



CLASSIFICADORA DE BULBOS



COLHEDORA E AMARRADORA DE 2 LINHAS



COLHEDORA E AMARRADORA DE 1 LINHA



A MBAGRICULTURE É REPRESENTANTE EXCLUSIVA DA ZOCAPI NO BRASIL, UMA DAS LÍDERES MUNDIAIS NA FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CULTIVO DE ALHO. ENTRE EM CONTATO E SOLICITE UMA PROPOSTA. NÓS TEMOS A SOLUÇÃO QUE VOCÊ PROCURA!



Os impactos das liminares e o não pagamento da alíquota antidumping das importações chinesas de alho no mercado brasileiro



Marco Antônio Lucini - Engenheiro Agrônomo
marcolucini@gmail.com

Fabio Etzberger Lucini - Especialista em Comércio Internacional
Fabio_lucini@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O cenário do Agribusiness atual aponta que o Brasil será o maior país agrícola nos próximos anos. O agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade.

O agronegócio é, hoje, a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país. O desempenho do agronegócio nacional tem contribuído decisivamente na geração de saldos positivos da balança comercial do país.

Mesmo com as perfeitas condições climáticas e geográficas disponíveis, algumas culturas ainda não têm sua produção maximizada, dentre as quais está a produção nacional de alho.



No início dos anos 90, a produção nacional desta hortaliça abastecia cerca de 90% do consumo do Brasil. A partir da entrada de concorrentes internacionais as importações aumentaram significativamente impactando os produtores de alho e suas economias locais. Desde então, o principal concorrente dos produtores brasileiros de alho é a China.

De acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), a China é o principal agente do mercado mundial de alho. O país asiático é líder em produção, com participação global de 79%, e exportação, com 80%. O segundo maior exportador, a Espanha, tem participação bem inferior, correspondente a 8%. Por ter esta grande liderança, a China impõe sua estratégia, controlando volumes e preços globalmente.

Para ganhar mercado internacional, a China vem utilizando da estratégia de dumping. Com o objetivo de proteger seus produtores nacionais, vários países aplicaram barreiras comerciais contra o alho chinês, como os países da União Europeia, Estados Unidos, África do Sul, Argentina e Brasil.

No caso brasileiro, além da NCM do alho estar presente na LETEC (Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum) de 35%, para a proteção dos produtores nacionais de alho, aplica-se desde 1996 uma alíquota antidumping ao alho chinês.

Desde então, a alíquota não somente vem se mantendo a cada revisão do governo, como também vem aumentando seu valor. Entretanto, o que impacta a produção nacional é a comercialização dos produtos chineses sem o pagamento da alíquota, uma vez que importadores utilizam liminares, evitando o pagamento deste valor adicional.

Como veremos na sequência, durante os últimos anos, a China vendeu seu alho no mercado brasileiro a um preço baixíssimo, estrategicamente. Isso faz com que, safra após safra, seus concorrentes, principalmente o produtor nacional, acompanhem a baixa de preços e, por consequência, impactem sua lucratividade e em muitos casos suas posições ativas no mercado.

Em outras palavras, os agentes chineses encontram espaço de manobra para implementar uma clássica maneira de excluir rivais e ganhar participação no mercado brasileiro, caso não paguem o valor da alíquota antidumping.

Para ilustrar o importante impacto das importações chinesas no mercado brasileiro, no início dos anos 90, a produção nacional de alho abastecia cerca de 90% do consumo do Brasil. Atualmente a produção nacional abastece cerca de 45%.

A fim de conseguir comercializar seus produtores em um mercado impactado pela concorrência predatória chinesa, os produtores nacionais não conseguem obter uma boa precificação de seu alho. Isto faz com que o mercado como um todo seja influenciado e não permite a evolução do setor.

Fica, assim, demonstrado que a manutenção da atual estrutura antidumping, sem o pagamento da alíquota em virtude de liminares, aplicada às importações brasileiras de alho da China, muito provavelmente levará à continuação de dumping, bem como a diminuição progressiva da produção nacional desta cultura.

Recomenda-se então, no que diz respeito ao não pagamento da alíquota antidumping das importações chinesas de alho, a busca da cessação das liminares favoráveis aos importadores que obtém a vantagem do não pagamento desta importantíssima barreira comercial.

ÁREA DE CULTIVO E NÚMERO DE PRODUTORES DE ALHO NO BRASIL

A área de cultivo de alho no Brasil na safra de 2018/19 foi de 11.216 hectares com uma produção de 135.517 ton, de acordo com o IBGE/LSPA. Com relação à produção nacional, a região do cerrado nacional é a grande líder, seguida por uma importante produção da região Sul e um pequeno volume no Nordeste.

O número de produtores rurais no Brasil que cultivam o alho é de 4.870, como pode ser visto na tabela abaixo. A maioria destes produtores é de pequenos agricultores que tem na cultura do alho a sua principal fonte de renda. A área média nacional por produtor é de 2,30 hectares cultivados.

Tabela 1: Produtores e Áreas de cultivo de alho no Brasil

ESTADO/REGIÃO	ÁREA CULTIVO - há	Nº PRODUTORES	ÁREA MÉDIA/PRODUTOR - há
TOTAL NORDESTE	653	620	1,05
PARAÍBA	8	20	0,40
BAHIA	645	600	1,08
SUDESTE	3.394	440	7,71
MINAS GERAIS	3.293	370	8,90
ESPÍRITO SANTO	87	60	1,45
SÃO PAULO	14	10	1,40
SUL	4.641	3.560	1,30
PARANÁ	378	260	1,45
SANTA CATARINA	2.204	1800	1,22
RIO GRANDE DO SUL	2.059	1500	1,37
CENTRO OESTE	2.528	250	10,11
GOIÁS	2.248	230	9,77
DISTRITO FEDERAL	280	20	14,00
TOTAL BRASIL	11.216	4.870	2,30

Fontes: LSPA/IBGE

GERAÇÃO DE EMPREGOS NA CULTURA DE ALHO NO BRASIL

A cultura do alho é geradora de empregos, principalmente porque quase 100% das atividades da sua cadeia produtiva são manuais, desde a debulha da semente até o preparo para a comercialização.

Calcula-se que um hectare de alho gera quatro empregos diretos. A média de 2014 a 2018 mostra que a geração de empregos diretos na cultura do alho foi de 43.453 postos diretos de trabalho. Entretanto, indiretamente a produção de alho gera doze empregos a cada hectare. A média do período 2014 a 2018, que mostra a tabela abaixo, foi de 130.358 postos de trabalhos gerados.

Tabela 2: Geração de empregos na cadeia produtiva do alho entre 2014 a 2018.

GERAÇÃO DE EMPREGOS NA CADEIA PRODUTIVA DO ALHO - 2014/18			
Ano	Área de cultivo (há)	Diretos (4/há)	Indiretos (12/há)
2014	9.670	38.680	116.040
2015	10.834	43.336	130.008
2016	11.403	45.612	136.836
2017	11.209	44.836	134.508
2018	11.200	44.800	134.400
Média	10.863	43.453	130.358

Fonte: IBGE/LSPA e Anapa

PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DE ALHO NO MERCADO BRASILEIRO

Para cultivar alho o produtor precisa fazer vários investimentos, além do conhecimento da cultura, como: açude ou barragem para irrigação, conjunto de irrigação, barracões para a cura do alho, barracões para o preparo e armazenamento do alho para a venda, câmaras frias, trator e equipamentos para a condução da lavoura entre outros.

O alho é multiplicado vegetativamente, por isso o produtor deve investir em semente de qualidade, sendo esse item junto com a mão de obra que mais impacta no custo de produção.



Outra característica do alho é que o mesmo só tem um ciclo por ano, conforme a região produzida.

A cultura do alho tem fixado o pequeno produtor e os trabalhadores rurais nas suas comunidades, evitando assim o êxodo rural em todo o Brasil.

O consumo de alho no Brasil é de 1,5 Kg/habitante por ano. O total consumido no país entre as safras de 2012 a 2018 foi cerca de 300.000.000 Kg/ano ou 30 milhões de caixas de dez quilos. Abaixo segue tabela com a evolução do consumo no mercado nacional.

Tabela 3: O consumo aparente de alho no Brasil de 2012 a 2018

Ano	Produção total - caixas	Importações - caixas	Consumo total - caixas	Consumo total - Kg	Caixas por mês
2012	10.700.900	15.783.034	26.483.934	264.839.340	2.206.995
2013	10.223.200	17.674.581	27.897.781	278.977.810	2.324.815
2014	9.376.900	16.723.235	26.100.135	261.001.350	2.175.011
2015	11.727.200	16.176.002	27.903.202	279.032.020	2.325.267
2016	13.235.900	17.304.366	30.540.266	305.402.660	2.545.022
2017	13.169.900	15.925.716	29.095.616	290.956.160	2.424.635
2018	13.517.543	16.482.457	30.000.000	300.000.000	2.500.000

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br> e <http://comexstat.mdic.gov.br>

Deste volume acima citado, apenas 40% foi com alho nacional e os outros 60% com alhos importados, onde dominou a oferta de alho chinês. Estima-se que na safra atual, 2018/2019, com as vendas ainda em andamento, a produção nacional atinja 13.517.543 Kg e represente a 45% do consumo nacional.

Apesar do Brasil ter todas as condições para aumentar a sua produção e oferta de alho nacional no consumo aparente a concorrência desleal e predatória dos alhos importados ilegalmente da China, ou com liminares, impede um maior aumento da produção de alho, gerando emprego e renda no país.

Antes da entrada do alho chinês no Brasil, a produção nacional abastecia praticamente todo o consumo brasileiro de alho. Como podemos ver na tabela abaixo, a participação da produção nacional no consumo dos brasileiros foi fortemente impactada.

Tabela 4: Participação das Importações no consumo dos brasileiros entre 2012 a 2018

Ano	Produção total	Importações	Consumo total	% Impor s consumo	Caixas por mês
2012	10.700.900	15.783.034	26.483.934	59,59%	2.206.995
2013	10.223.200	17.674.581	27.897.781	63,35%	2.324.815
2014	9.376.900	16.723.235	26.100.135	64,07%	2.175.011
2015	11.727.200	16.176.002	27.903.202	57,97%	2.325.267
2016	13.235.900	17.304.366	30.540.266	56,66%	2.545.022
2017	13.169.900	15.925.716	29.095.616	54,74%	2.424.635
2018	13.517.543	16.482.457	30.000.000	54,94%	2.500.000
Média	11.707.363	16.581.342	28.288.705	58,61%	2.357.392

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br> e <http://comexstat.mdic.gov.br>

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALHO CHINÊS

Como veremos na sequência, o volume das importações de alho tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. De acordo com o MDIC, durante as safras de 2000 a 2017, o total do volume importado cresceu vertiginosamente passando de 86,5 mil toneladas para 154,5 mil toneladas.

Abaixo podemos ver a evolução deste volume importado que impacta de sobremaneira os produtores nacionais:

Tabela 5: Importações dos principais concorrentes de 2000 a 2017

Importações de Alho 2000 - 2017 Principais concorrentes (kg)				
Países	China	Argentina	Espanha	Total
2017	73.983.394	62.132.520	18.460.484	154.576.398
2016	96.148.190	55.655.923	16.126.130	167.930.243
2015	96.783.950	51.170.861	12.854.435	160.809.246
2014	103.937.343	54.953.536	7.379.478	166.270.357
2013	121.403.549	51.714.060	2.648.710	175.766.319
2012	88.323.840	61.835.800	4.099.590	154.259.230
2011	100.578.745	60.544.270	71.000	161.194.015
2010	97.189.790	54.083.210	1.089.900	152.362.900
2009	91.915.960	54.898.219	2.984.000	149.798.179
2008	86.899.109	58.214.129	-	145.113.238
2007	57.786.330	74.672.365	-	132.458.695
2006	62.907.270	56.690.260	22.110	119.619.640
2005	71.768.280	55.585.925	2.511.840	129.866.045
2004	31.010.930	65.222.262	3.510.560	99.743.752
2003	33.410.020	56.024.129	2.030.350	91.464.499
2002	31.273.740	41.658.227	5.515.330	78.447.297
2001	13.049.000	59.809.176	4.154.000	77.012.176
2000	13.324.700	56.611.004	16.563.860	86.499.564

Fonte: MDIC/Comexstat

Em 2018, o volume das importações de alho foi de 16,48 milhões de caixas, sendo responsável por 55% do consumo nacional. Importante ressaltar que, a média declarada do preço FOB em dólares por caixa foi de apenas 10,47.

Este valor é extremamente baixo quando comparado ao custo de produção do alho nacional, que é de US\$ 20 por caixa. Abaixo segue tabela com as importações de 2018.

Tabela 6: Importações de alho no Brasil em 2018

MÊS	volume - cx	US\$ declarado	US\$/caixa/declarado
jan	1.724.580	22.565.909,00	13,08
fev	1.452.630	17.202.482,00	11,84
mar	1.727.860	22.008.971,00	12,74
abr	1.477.466	18.654.719,00	12,63
maio	1.666.761	18.277.638,00	10,97
jun	1.332.848	14.173.543,00	10,63
jul	1.598.988	16.657.935,00	10,42
ago	1.270.334	9.124.224,00	7,18
set	861.830	5.838.103,00	6,77
out	1.039.240	7.355.328,00	7,08
nov	758.806	5.966.199,00	7,86
dez	1.571.114	14.756.586,00	9,39
TOTAL	16.482.457	172.581.637,00	10,47
média	1.373.538	14.381.803,08	10,47

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

CUSTO DE PRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL E PREJUÍZOS

O custo de produção de alho no Brasil, na safra de 2018/19, é em média de R\$ 78.491,00 ou ao redor dos US\$ 20 por caixa de dez quilos. O movimento da cadeia do alho só para produção é de R\$ 900 milhões. Abaixo segue tabela com quadro ilustrativo:



Tabela 7: Resumo do custo de produção de alho no Brasil

Descrição	Valor	Participação
Alho Semente	R\$ 15.000	19%
Fertilizantes	R\$ 6.220	8%
Defensivos	R\$ 4.731	6%
Serviços Mecânicos	R\$ 12.470	16%
Serviços Manuais & Encargos	R\$ 17.680	23%
Custos Fixos + Embalagem	R\$ 11.050	14%
Custo Comercialização	R\$ 11.340	14%
Total	R\$ 78.491	100%

Fonte: Epagri/SC, Anapa e Associações estaduais de produtores de alho

O valor bruto da produção nacional de alho em 2017 foi de quase R\$ 800 milhões e em 2018 caiu para 776 milhões de reais. O valor de alho vendido, nessas últimas safras, foi menor que o custo para produzir, mostrando parte dos danos causados com importações de alho chinês com liminares para não pagar a taxa de antidumping nos últimos anos.

No Sul do Brasil (PR, SC e RS) a área de cultivo das safras de 2017/18 foi de 4.640 hectares, cultivados por 3.300 pequenos agricultores. Estima-se que o prejuízo por hectare plantado foi de R\$ 35 mil por ano.

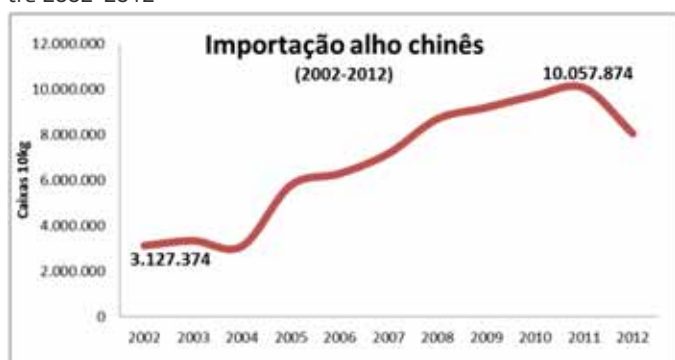
Nos últimos dois anos esse prejuízo já atinge R\$ 70 mil por pequeno produtor. Somente na região Sul o prejuízo é de R\$ 325 milhões. Dívida essa junto a bancos, lojas agropecuárias, cooperativas, postos de gasolina entre outros fornecedores. Calcula-se que o prejuízo dos produtores de alho no Brasil, nas safras de 2017 e 2018 atinja em torno de R\$1 bilhão.

O ALHO CHINÊS NO BRASIL

O alho chinês começa a ser comercializado no Brasil em 1993. Foi comprovado, desde 1996, que os exportadores chineses aplicaram e aplicam a prática de dumping no Brasil, oferecendo seus preços de venda inferiores ao preço de custo do produtor brasileiro, visando eliminar a concorrência local e dominar o mercado.

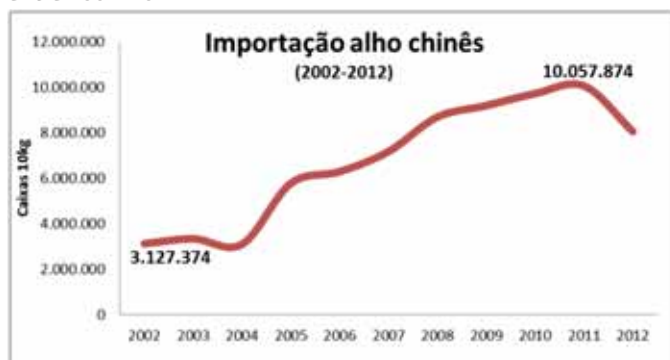
Uma vez que a concorrência está vencida, retorna-se a patamares de preços superiores. No mercado nacional presenciamos esta situação histórica com a entrada do alho chinês, conforme gráficos abaixo.

Gráfico 1: Evolução do volume das importações de alho chinês entre 2002-2012



Fonte: MDIC

Gráfico 2: Evolução dos preços das importações de alho chinês entre 2002-2012



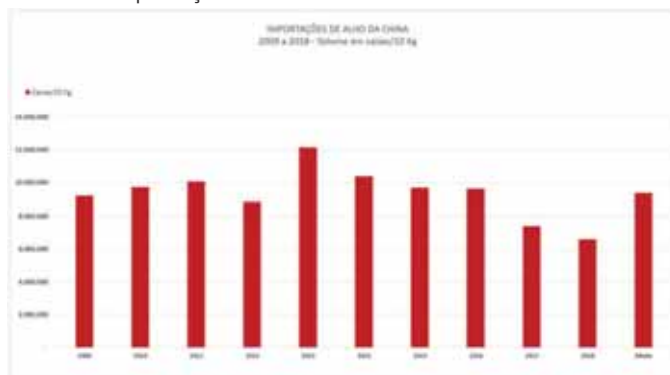
Fonte: MDIC

Analisando os quadros acima nota-se claramente a estratégia chinesa de entrada no mercado nacional. Iniciam-se as vendas com preços com dumping variando entre 3,5 a 5 dólares, entre os anos de 2002 a 2008.

Na sequência, a partir de 2009, uma vez já estabelecida uma nova realidade de mercado nacional com forte presença de produtos chineses vencendo a concorrência contra o alho nacional e de outros países exportadores, o país oriental retorna uma precificação acima dos 10 dólares.

Como veremos na sequência, este valor se manteve na última década. A média anual no período foi de 9,36 milhões de caixas de dez quilos, com preço médio FOB de US\$ 10,50 a caixa, ou seja, 50% do nosso custo de produção.

Gráfico 3: Importações de alho chinês de 2009 a 2018



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br> e <http://comexstat.mdic.gov.br>

A taxa de antidumping atual é de US\$ 7,80 por caixa. O valor que o Governo Federal deveria ter recebido, por ano, com o pagamento dessa taxa era de US\$ 75 milhões ou R\$ 278 milhões.

Mesmo com a LETEC e a taxa antidumping, em muitos anos o alho chinês chegou ao mercado brasileiro abaixo do preço de custo da produção nacional. Abaixo temos um comparativo entre:

- Produção Nacional;
- Preço FOB chinês;
- Preço FOB somada a LETEC (com liminar para o não pagamento da alíquota antidumping); e
- Preço FOB, somado à LETEC e alíquota antidumping.



Gráfico 4: O histórico do dumping chinês no Brasil 2002-2018



Fonte: MDIC

Conforme podemos ver no gráfico acima, caso o importador do alho chinês pague a alíquota antidumping, o custo da caixa de alho internalizada estará em linha com a produção nacional.

É importante ressaltar que, por outro lado, desde 2002 vemos que o valor FOB mais LETEC foi suficiente para igualar o custo de produção com o custo da importação em apenas um ano, no caso, 2016.

Na última safra, estima-se que mais de 90% do alho importado da China entrou no Brasil com liminares, sem o pagamento da taxa de antidumping, reduzindo assim a arrecadação federal, além do impacto em toda a cadeia produtiva.

Além disso, com as liminares, a base de cálculo para o pagamento da LETEC (imposto de importação de 35%) é diminuída em US\$ 7,80 por caixa, trazendo mais R\$ 100 milhões de prejuízos ao Governo Federal. Com as liminares o Governo Federal está deixando de arrecadar mais de R\$ 300 milhões por ano e o produtor nacional de alho em 'estado de falência'.

O gráfico a seguir mostra o que aconteceu com o preço do alho chinês internalizado, em 2018, no Brasil.

- Caso o alho chinês tivesse entrado pagando todas as taxas e impostos ele chegaria ao atacadista/distribuidor a R\$ 80 a caixa. Custo similar ao nacional como prevê esse mecanismo de defesa comercial utilizado pelo Brasil.
- Como quase todo alho chinês entrou com liminares afim de não pagar a taxa de antidumping, o custo para os importadores foi de R\$ 50 a caixa, R\$ 19 abaixo do custo brasileiro de produção, o que causou e continua causando sérios problemas aos produtores nacionais.
- Em um cenário onde as liminares continuarem e o imposto de importação vier a cair para 10%, o custo do alho chinês para os atacadistas será R\$ 40. Nesse caso haverá uma crise generalizada no mercado nacional do Brasil, e cinco mil produtores terão que abandonar as atividades deixando de gerar 130 mil empregos diretos e indiretos.

Gráfico 4: O histórico do dumping chinês no Brasil 2002-2018



Fonte: MDIC

Como consequência do impacto do alho chinês, o gráfico abaixo ilustra a grande redução nas áreas de cultivo no Brasil. Em meados dos anos 90 chegou-se a plantar 18 mil hectares e abastecer a grande maioria do consumo dos brasileiros. Estima-se que se se o não pagamento da alíquota continuar, logo a área cairá para não mais que 4 mil hectares.

Gráfico 6: Evolução das áreas de plantio de alho no Brasil 1987 a 2018



Fonte: IBGE/LSPA

TRATAMENTO AO ALHO CHINÊS NO MUNDO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a China é o principal produtor e exportador mundial, tendo a participação global de 79% e 80%, respectivamente.

A prática de dumping chinês é comum, tanto que vários são os países que aplicam barreiras comerciais para protegerem seus mercados. Abaixo segue quadro ilustrativo com os diferentes tipos de tratamento ao alho chinês nos principais mercados

Tabela 8: Tratamento de países terceiros à importação chinesa de alho

País	Tratamento
União Europeia	Cota anual total de importação de 5,5 milhões de caixas de 10Kg para os 27 Estados Membros; Tarifa de USD 14,40 para a caixa acima da quota.
E.U.A	Imposto de importação de 377%
África do Sul	Imposto de importação USD 2,40 por caixa mais tarifa antidumping de USD 14,20.

Fonte: IBGE/LSPA

No caso brasileiro, a NCM do alho está inserida na LETEC e soma-se a ela a alíquota antidumping. Entretanto, acredita-se que a grande maioria das importações de alho da China não paga esta alíquota utilizando as liminares como estratégia.

HISTÓRICO DO TRATAMENTO DE DUMPING DO ALHO CHINÊS

Assim como no resto do mundo, para proteger o mercado local de alho da concorrência chinesa, o Brasil aplica a alíquota antidumping. Como podemos ver abaixo, não apenas o país segue com a tarifa há anos, mas também este valor cresceu.

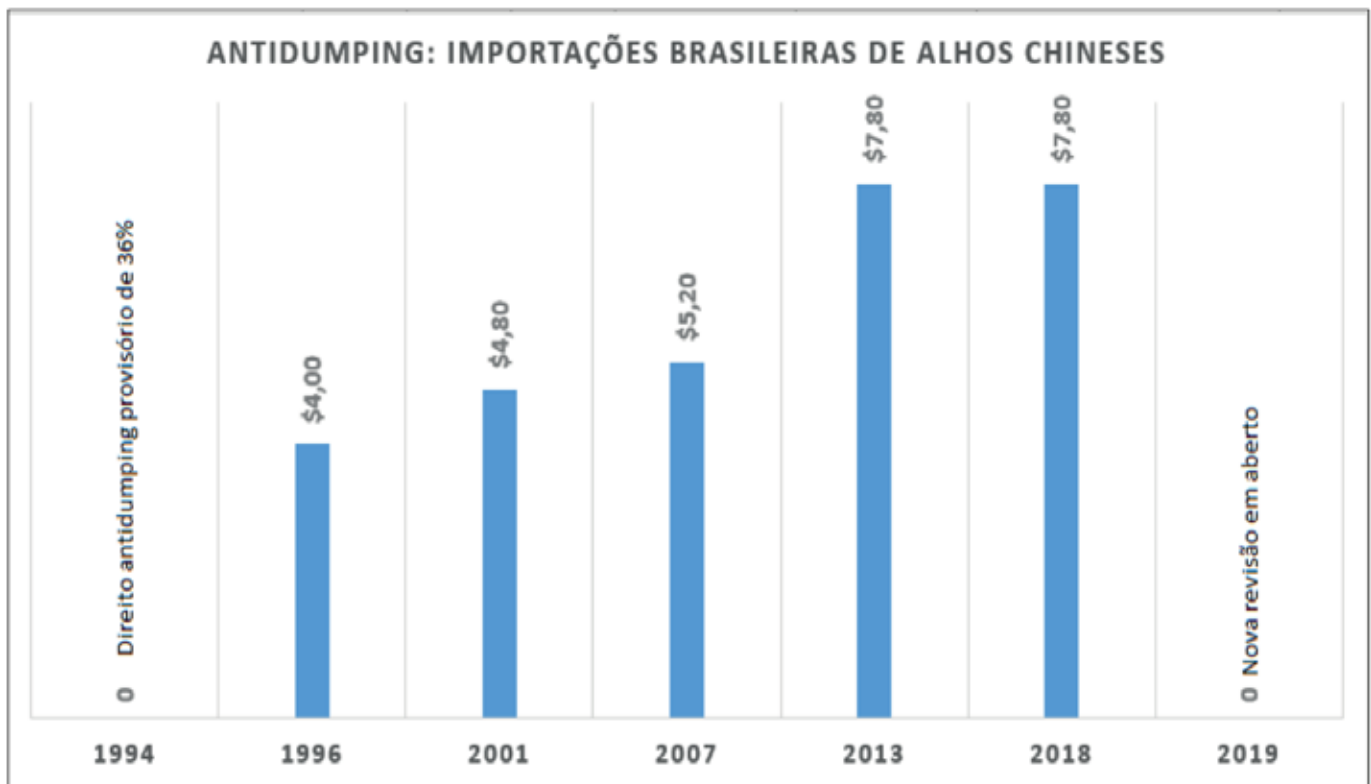
Histórico:

- Em 1994, foi imposto direito antidumping provisório de 36%;
- Em 1996, foi encerrada a investigação com a aplicação de direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica de US\$ 0,40/kg (ou US\$ 4,00/caixa);



- A primeira revisão aconteceu em 2000, e no ano seguinte foi alterado o direito antidumping para a alíquota específica fixa de US\$ 0,48/kg (US\$ 4,80/caixa);
- A segunda revisão foi encerrada em 2007 prorrogando o direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica fixa de US\$ 0,52/kg (US\$ 5,20/caixa);
- A terceira revisão foi encerrada em 2013, e prorrogou o direito antidumping definitivo na forma de alíquota específica fixa de US\$ 0,78/kg (US\$ 7,80/kg).
- A nova revisão está em processo para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping sobre as importações brasileiras de alhos, comumente classificadas nos itens 0703.20.10 e 0703.20.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da República Popular da China, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

Gráfico 7: Histórico do tratamento de Dumping do alho chinês no Brasil



Fonte: MDIC/CAMEX

TRATAMENTO AO ALHO CHINÊS NO MUNDO

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a China é o principal produtor e exportador mundial, tendo a participação global de 79% e 80%, respectivamente.

A prática de dumping chinês é comum, tanto que vários são os países que aplicam barreiras comerciais para protegerem seus mercados. Abaixo segue quadro ilustrativo com os diferentes tipos de tratamento ao alho chinês nos principais mercados



CONCLUSÃO

O agronegócio nacional é modelo para todo o mundo. Os negócios do campo tem grande representatividade na economia brasileira. Entretanto, no caso do alho, mesmo apresentando a maior produtividade mundial por hectare, presente no Cerrado brasileiro, o mercado brasileiro tem sofrido com as importações chinesas.

Como pudemos ver com os dados apresentados, as importações do alho chinês vem impactando fortemente os produtores brasileiros da hortaliça, bem como suas economias locais, diminuindo assim empregos e a renda dos brasileiros envolvidos nesta cadeia produtiva.

Buscando proteger estes nichos econômicos, o governo brasileiro incluiu a NCM do alho na LE-TEC, bem como adicionou uma alíquota antidumping para o alho provindo da China desde 1996.

Entretanto, desde então, os importadores do alho chinês se utilizam de estratégias jurídicas, com a obtenção de liminares, para o não pagamento deste valor. Desta maneira, o volume de 13 milhões de quilos de alho importado de 2000 chegou a atingir 121 milhões de quilos em 2013. Durante os últimos cinco anos, o volume importado tem se mantido um pouco abaixo desta performance.

Sem o pagamento da alíquota antidumping, a produção nacional vem definhando ano após ano, e o governo federal deixa de arrecadas milhões em impostos. Por isso é primordial que se imponham os mecanismos de defesa do Brasil frente à concorrência chinesa, uma vez que todo um mercado produtivo do alho está a perigo.

Ferti NK[®] + Aminosoil[®]

A dupla certa
para fertirrigação



**CASA
BUGRE**

Agrivalle[®]



Fertilização organomineral em cultivo de alho



José Francisco Justino Neto

Universidade Federal de Uberlândia.
Orientador: Prof. Dr. José Magno
Queiroz Luz

RESUMO

O fertilizante organomineral, procedente da mistura física ou associação de fertilizantes minerais e orgânicos, mostra-se uma alternativa promissora, devido suas características no solo e consequente efeito na produtividade. O trabalho foi executado no município de Cristalina - GO, na safra 2017 e objetivou-se avaliar a eficiência agrônômica de fertilizante organomineral na cultura do alho, da variedade Quitéria. Contou-se com 5 tratamentos, sendo a testemunha o fertilizante mineral na dose 100% (padrão da propriedade) e quatro concentrações do fertilizante organomineral (100; 80; 60 e 40%) em relação a testemunha. As variáveis analisadas foram: Produtividade (t.ha⁻¹), % de Alhos comercializáveis 4-8, % de Alho Indústria e Índice SPAD. Os resultados indicaram que quando utilizado fertilizantes organominerais, têm-se resultados semelhantes e superiores aos da adubação mineral. É possível verificar quando se observa a variável % Alho Indústria, no qual reduziu significativamente quando se utilizou a dose de 80% organomineral. Além disso, a produtividade se igualou com a dose 100% mineral, na qual notou-se maior percentual de alho indústria. O



percentual de alho comercializável e índice SPAD não apresentaram diferença significativa em relação aos outros tratamentos. Concluiu-se que a utilização do fertilizante organomineral na dose de 80% oferece o mesmo desempenho em produtividade comparado ao tratamento 100% mineral, além de conferir uma maior qualidade no alho nacional, pois oferece um alho com menor percentual de alho indústria, agregando valor na cadeia nacional do alho.

Palavras-chave: *Allium sativum* L., Produtividade. Matéria orgânica. Clorofila.

1 INTRODUÇÃO

O alho (*Allium sativum* L.) é uma cultura olerícola amplamente cultivada, graças as suas características de sabor e aroma, sendo um dos principais condimentos culinários no Brasil. Com centro de origem no continente asiático (MOTA et al, 2005), o alho trata-se de uma planta herbácea, pertencente à família Alliaceae. Possui folhas lanceoladas e cerosas, com pseudo-caule formado por bainhas das folhas. Quando as condições climáticas se tornam favoráveis em questão de fotoperíodo e temperatura (variando para cada cultivar), ocorre o desenvolvimento das gemas do caule, originando os bulbilhos, também conhecidos popularmente como 'dente'. O conjunto de bulbilhos forma o bulbo, ou 'cabeça', material de maior interesse na planta (TRANI, 2009).

Os bulbilhos são constituídos de folha de proteção, folha de reserva e folha de brotação. A folha de reserva é a responsável por conter os componentes nutricionais e medicinais, os quais são muito valorizados na alimentação (SOUZA; MACEDO, 2009). Medicinalmente, é valorizada por suas propriedades terapêuticas, como analgésico, anti-inflamatório, antisséptico, antioxidante (TRANI, 2009), além de auxiliar no controle de diabetes e pressão arterial (BORGES; BAUTISTA; GUILERA, 2008); (SINGI et al., 2005)..

Quanto ao plantio, segundo a revista Hortifruti Brasil (2017) o clima ideal é aquele que contém temperaturas amenas e pouca umidade, além disso é essencial a presença da irrigação durante o ciclo da cultura, o qual dura entre 110 a 140 dias. O plantio ocorre entre fevereiro e maio, para cultivares precoces e em maio para tardias, a qual necessita do processo de vernalização. A técnica consiste em um armazenamento do alho semente em uma câmara fria com umidade alta e temperatura baixa durante 40 a 60 dias, retirando apenas no momento do plantio. Com isso, é possível o cultivo de cultivares nobres em regiões onde não há condições climáticas ideais, expandindo as áreas cultiváveis e consequentemente aumentando a oferta de alho no mercado, a qual compete com as importações (SOUZA; MACEDO, 2009).

De acordo com a ANAPA (2017), a cultura do alho é de grande importância econômica no Brasil, com cerca de 11.334 hectares cultivados pelo país e produção de 136.000 toneladas. Desta produção, 80% é dedicada para consumo e os 20% restantes são para plantio ou aqueles inaptos para o mercado. Destacam-se os estados de Minas Gerais, Goiás e Santa Catarina como maiores produtores. As principais cultivares utilizadas são a Ito, Caçador, Quitéria, Jonas e Chonan. Além disso, o cultivo de alho por estar presente na cultura brasileira, apresenta grande impacto social ao ser uma das hortaliças mais consumidas no país, com consumo de aproximadamente 1,4 kg/habitante/ano (LUCINI, 2013). Por exigir grande mão de obra, é responsável por gerar cerca de quatro empregos diretos e quatro indiretos por hectare (DUSI et al, 2011).

Para a safra 2017/18, estima-se que haverá aumento da área plantada, assim como da produção nacional. Porém, o Brasil ainda não consegue abastecer totalmente seu mercado interno, tendo que importar de outros países. O principal desafio na produção de alho se dá quanto a concorrência com as importações, que possuem 55% dos produtos consumidos, os quais são provenientes principalmente da China, Argentina e Espanha, sendo estes 3 países responsáveis por 96,32% das importações do Brasil entre janeiro e agosto de 2017, equivalente a 17,3 milhões de caixas de 10 kg importadas (ANAPA, 2017).

Como tentativa de tornar leal a concorrência com o alho chinês, que possui qualidade inferior porém preço mais acessível, o governo estabeleceu uma tarifa antidumping de US\$7,80 por caixa, além de uma tarifa de importação de 35% em cima do preço declarado, que atualmente é próximo a dez dólares por caixa (ANAPA, 2017). Por mostrar-se uma cultura de grande representatividade por seu uso condimentar e medicinal, aliado ao grande impacto social e econômico, deve-se buscar competir com o alto percentual de importações. Para isso, o produtor de alho brasileiro precisa buscar maneiras para aumentar a produção, sem a necessidade de expandir a área e produzindo produtos de melhor qualidade. Logo, deve-se estudar e investir em cuidados no manejo desde a implantação até a colheita, com preparo de solo, adubações e aplicações adequadas, aliadas com a qualidade do alho semente e um bom manejo de irrigação.

Os cuidados com o solo são essenciais para o bom desenvolvimento de qualquer cultura. Quanto ao alho, os níveis de fertilidade devem se manter adequados para um crescimento ótimo, especialmente em relação a quantidade de nitrogênio, o qual é o nutriente mais importante para determinação da produtividade e qualidade dos bulbos e bulbilhos (FERNANDES et al, 2011).

Quanto a fertilidade, o fertilizante organomineral aparece como uma boa alternativa ao fertilizante mineral, por possuir melhor custo benefício, visto que os fertilizantes minerais estão tendo custo de produção maior devido à escassez de recursos não renováveis. Trata-se de uma mistura entre adubo orgânico com mineral.

Por possuir a fração orgânica, a qual consegue melhorar as capacidades físicas e químicas do solo, além de ser uma fonte extra de micronutrientes, o fertilizante organomineral fornece gradualmente seus nutrientes, devido a sua solubilização gradativa que resulta em uma maior persistência no solo, fazendo com que a cultura consiga ter nutrientes de acordo com sua necessidade, durante seu ciclo (SOUZA, 2014).

Assim, o fertilizante organomineral consegue reduzir problemas graves que o mineral proporciona, como o efeito salino devido ao excesso de minerais, que torna-se tóxico para a planta. Também evita perdas por lixiviação, volatilização e adsorção, graças a sua fração orgânica que mantém os nutrientes próximos as raízes. Além disso, ainda possibilita a proliferação de microrganismo benéficos, que além de auxiliar na estruturação do solo, promovem maior absorção dos nutrientes pelas raízes (SANTOS et al, 2013).

Outras vantagens do uso de organomineral se dizem quanto ao custo de produção, transporte e aplicação, que proporcionam economia ao produtor em comparação com o fertilizante orgânico, além de evitar o risco de introdução de metais pesados, sementes de plantas infestantes e microrganismos patogênicos no solo (TRANI et al, 2013).

Em relação a nutrição, estudos mostram que a quantidade de clorofila na folha está diretamente relacionada ao nitrogênio pre-



sente na mesma. Desta forma, para determinar a concentração de N, está sendo comumente utilizado um medidor de intensidade de verde das folhas, o clorofilômetro (SPAD), para estabelecer essa relação. (Gil et al, 2002). O SPAD (Soil Plant Analysis Development) é um aparelho que consegue avaliar o estado nutricional das plantas em tempo real, de maneira rápida e de baixo custo, a partir da análise da intensidade do verde das folhas, correlacionando o teor de clorofila com a concentração de nitrogênio das mesmas. A eficiência do manejo adotado pode ser vista na produtividade e na qualidade comercial do alho. De acordo com Souza e Macedo (2009), no beneficiamento os bulbilhos são classificados comercialmente, separando os alhos nobres e comuns, de acordo com a quantidade de bulbilhos (nobre com até 20 e comuns com mais de 20 bulbilhos por bulbo). Há ainda uma outra classificação quanto a cor da túnica e película (branco ou roxo) e quanto ao diâmetro transversal, indo de classe 8 para os maiores até 3, para os menores. (TRANI et al, 1997).

Objetivou-se avaliar o desempenho agrônomo e índice SPAD da cultura do alho, sob uso de fertilizante organomineral.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido na Agrícola Wehrmann, no município de Cristalina-GO durante o ano de 2017. A área se localiza nas coordenadas 16°04'54,7" S e 47°31'26" O e altitude de 1000 metros. O plantio foi realizado no dia 12 de maio de 2017, utilizando a cultivar Quitéria, do grupo Nobre e de ciclo tardio, caracterizada por possuir bulbilhos graúdos.

O delineamento utilizado foi o de blocos casualizados (DBC), contendo 4 blocos com 5 parcelas cada. Cada parcela possuía espaçamento entre linhas simples de 10 cm, entre linhas duplas de 35cm e entre plantas de 12cm.

Em pré-plantio, foi realizada adubação com utilização do superfosfato simples em área total e no momento do plantio foram utilizadas diferentes dosagens de fertilizante organomineral VigorFert 02-20-05. A testemunha teve como tratamento a adubação mineral padrão da Agrícola Wehrmann (03-35-06).

Para os demais tratamentos foi realizado cálculo de adubação para que a formulação se aproximasse ao da testemunha. Desta maneira, o tratamento 2 possuía a mesma concentração que a testemunha e os demais possuíam doses decrescentes do adubo organomineral (Tabela 1). Os demais tratamentos culturais foram de acordo com a exigência da cultura, com aplicações de defensivos agrícolas conforme monitoramento de pragas e doenças, utilizando produtos registrados, na dose recomendada.

A adubação foi feita de forma manual e seguida pela incorporação por máquina e marcação das covas de plantios. Os alhos-semente foram colocados de maneira manual, fechando as covas posteriormente. A irrigação foi realizada através do uso de pivô central, desde o plantio, até cerca de 20 dias antes da colheita, para auxiliar o processo de cura.

Tabela 1. Tratamentos utilizados no trabalho

Tratamentos	Dose (kg.ha ⁻¹)
100% (M)	2200
100% (OM)	3680
80% (OM)	2944
60% (OM)	2208
40% (OM)	1472

Quanto ao clorofilômetro, realizou-se três medições do Índice SPAD, com 75, 100 e 115 dias após o plantio. Foram escolhidas 10 folhas por parcela aleatoriamente, com as leituras feitas sempre na quinta folha completamente desenvolvida.

A colheita foi realizada no dia 27 de setembro de 2017 (138 dias após o plantio), quando 2/3 das folhas já estavam secas e amareladas, que é quando os bulbos já alcançaram a maturidade fisiológica e possuem maior acúmulo de matéria seca, reduzindo a possibilidade de perdas durante a secagem pós-colheita (SOUZA; MACEDO, 2009). Considerou-se parcela útil apenas as duas fileiras centrais, sendo as outras laterais utilizadas como bordaduras.

Após a colheita, todo o material foi encaminhado para um galpão para o processo de cura. De acordo com Souza e Macedo (2009), o local deve ser escuro e com boa ventilação para que haja perda de umidade e consequentemente aumento de concentração de sólidos solúveis, sem danificar o material.

As plantas colhidas foram amarradas nos galpões e permaneceram por 30 dias. Posteriormente foi feito o processo de beneficiamento, que consiste no toilette, eliminando sujeiras, folhas e raízes, ficando apenas o bulbo. Os bulbos foram classificados, de acordo com o diâmetro transversal adotada pelos países do Mercosul, a qual divide os bulbos em classes de 3 a 8, sendo a classe 3 aquela com os menores bulbos (entre 26 e 35 mm) e a classe 8 aquela com maiores diâmetros transversais de bulbo (entre 78 e 85 mm) (TRANI et al, 1997).

Com base na classificação e pesagem dos bulbos obtidos, foi realizada a contabilização de alhos industrializáveis e comercializáveis e a estimativa de produtividade, em toneladas por hectare, submetendo os tratamentos ao teste de Tukey com significância de 5%.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação ao Índice SPAD, não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos em nenhuma das três avaliações, conforme tabela 2.

Tabela 2. Valores de Índice SPAD em leituras aos 75, 100 e 115 dias após o plantio.

Tratamento	75 DAP	100 DAP	115 DAP
MINERAL	57,29 a	64,36 a	63,06 a
ORG 100	60,17 a	63,54 a	61,73 a
ORG 80	58,43 a	66,00 a	62,46 a
ORG 60	57,57 a	65,67 a	62,89 a
ORG 40	58,47 a	67,80 a	63,96 a
CV (%)	6,87	11,42	6,61

Médias seguidas pela mesma letra na coluna não diferem estatisticamente entre si, pelo teste de Tukey, a 5% de significância.

Fernandes et al (2011) não encontraram uma faixa ideal de índice SPAD para cultura do alho, porém notaram valores variando entre 58 e 70. A adubação nitrogenada feita em cobertura teve influência sobre o valor obtido.

Oliveira (2011) também não conseguiu estabelecer um valor ideal de índice para a cultura do alho, mas encontrou resultados variando entre 50 e 70. Desta maneira, o presente trabalho mesmo não encontrando diferença estatística significativa entre os tratamentos, obteve resultados dentro do esperado

pela literatura.

Quanto a produtividade, não houve diferença estatística entre a testemunha e os tratamentos organominerais com doses de 100% e 80%, obtendo-se os melhores valores. Os piores resultados foram observados para as doses de organominerais 60% e 40%.



Em relação a porcentagem de bulbos comercializáveis (classes 4 a 8), não houve diferença estatística significativa entre os cinco tratamentos, ou seja, todos as doses conseguem produzir um bom valor de bulbos comercializáveis.

Na análise quanto a porcentagem de alho destinado a indústria, o tratamento que utiliza organomineral na dose de 80% foi o que obteve melhor desempenho, com os menores valores, seguido pelo uso da dose mineral 100% e organomineral 60%. Ou seja, com uso de apenas 60% da dose foi possível obter a mesma qualidade de quando se usa a dose total mineral. O pior desempenho foi visto nos tratamentos organomineral 100% e organomineral 40%, com maiores valores de bulbos destinados a indústria (Tabela 3).

Tabela 3. Valores de produtividade, porcentagem de alho comercializáveis (classes 4 a 8) e porcentagem de alho destinado a indústria

Tratamento (%)	Produtividade (t.ha ⁻¹)	Comercializáveis 4-8 (%)	Indústria (%)
100% Mineral	15,05 a	74,75 a	10,47 ab
100% OM	15,21 a	64,87 a	14,57 bc
80% OM	14,98 a	77,76 a	9,60 a
60% OM	13,30 ab	78,72 a	11,34 ab
40% OM	12,48 b	75,97 a	16,69 c
CV (%)	7,80	3,99	15,84
Média	14,21	74,42	12,53

Médias seguidas pela mesma letra na coluna não diferem estatisticamente entre si, pelo teste de Tukey, a 5% de significância.

Relacionando com os resultados obtidos, Moreschi et al. (2013), concluíram que o uso de fertilizante organomineral na cultura do feijão foi mais eficiente que o uso do mineral. Assim como Duarte et al. (2013), que concluíram produtividade superior na cultura da soja quando utilizaram doses de organomineral. Fernandes et al. (2002), utilizaram fertilizante organomineral na cultura do melão, através de fertirrigação e verificaram frutos com maiores produtividades em comparação com o mineral convencional.

Dallamaria et al (1995) estudaram o uso de doses de adubo organomineral em comparação com o adubo mineral e orgânico na cultura do alho, cultivar Quitéria, na região de São Cristóvão do Sul-SC. Os resultados mostraram que não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos quanto a produtividade. Neste estudo houve influência do efeito residual das adubações anteriores na área, mas nota-se que os valores quanto as produtividades também se mostraram próximos quando se compara a adubação organomineral e a mineral.

Biasi et al (1995), por sua vez, avaliando os mesmos tratamentos, na região de Caçador-SC, também não obtiveram resultados com diferença estatística significativa, porém observaram uma tendência de que doses menores resultam em menores produções, o que ficou comprovado nos resultados obtido neste trabalho. Lucini et al (1995) realizaram estudo semelhante, porém na região de Campos Novos-SC e utilizando cultivar Contestado. Os melhores valores foram obtidos na adubação orgânica (15 t.ha⁻¹), seguido pela maior dose de organomineral (13 t.ha⁻¹) e depois pela adubação mineral (11 t.ha⁻¹) igual estatisticamente as doses menores de adubo organomineral.

Desta maneira, apesar do adubo orgânico se mostrar superior em 1995, nota-se que a adubação organomineral conseguiu atingir as mesmas produtividades no presente trabalho, mostrando ser uma boa opção para o lugar dos adubos minerais, pois consegue atingir números de produtividade iguais ou superiores, contribuindo ainda para melhoria das condições físicas e químicas do solo, com melhor desenvolvimento radicular, menor potencial erosivo e menor acidificação, sendo fonte de micronutrientes e fornecendo nutrientes de forma gradual, persistindo no solo e nutrindo a planta de acordo com sua necessidade (SOUZA, 2014);(LEVRERO, 2009).

Além disso, o fertilizante organomineral não possui algumas desvantagens que o orgânico possui, como possibilidade de introduzir microrganismos nocivos, sementes de plantas infestantes e possíveis metais pesados oriundos da decomposição de lixo e esgoto. É importante também quando se compara o custo, que se torna elevado para produção, transporte e aplicação de adubos orgânicos, comparado com organominerais. Além do mais, os adubos orgânicos nem sempre conseguem atender as necessidades das plantas, por não se ter controle da proporção de nutrientes presentes no mesmo (TRANI et al, 2013).

4 CONCLUSÃO

O Índice SPAD não foi influenciado pelos tratamentos. A utilização do fertilizante organomineral na dose de 80% ofereceu o mesmo desempenho em produtividade e quantidade de alhos comercializáveis, quando comparado ao tratamento 100% mineral. Além disso, ofereceu um material com menor percentual de alho indústria, consequentemente um material de maior qualidade e que proporciona maior rentabilidade, pois ao usar 80% de uma dose ao invés de 100% há uma economia em adubação por parte do produtor, além de configurar uma alternativa mais sustentável, por contribuir para boas condições físicas, químicas e biológicas do solo.



BIBLIOGRAFIA

ANAPA. Acompanhamento Conjuntural do Alho: De janeiro a agosto de 2017. 2017. Disponível em: <<http://anapa.com.br/wp-content/uploads/2017/09/acompanhamento-conjuntural-do-alho-2017-agosto.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BIASI, J. et al. Adubação do alho com organomineral, baseado em esterco de aves com adubos minerais, em Caçador, SC. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 13, n. 1, p.71, maio 1995.

BORGES, K B; BAUTISTA, H B; GUILERA, S. Diabetes - Utilização de plantas medicinais como forma opcional de tratamento. Revista Eletrônica de Farmácia, Goiânia, v. 12, n. 1, p.12-20, nov. 2008.

DALLAMARIA, G.C.M. et al. Adubação do alho com organomineral, baseado em esterco de aves com adubos minerais, em São Cristóvão do Sul, SC. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 13, n. 1, p.79, maio 1995.

DUARTE, I.N.; SOUSA, R. T. X.; SOUZA, D. M.; ALANE, F. F. F.; KORNDORFER, G. H.; HENRIQUE, M. H. Produtividade da soja cultivada com fertilizante organomineral. In: XXXIV Congresso Brasileiro Ciência do Solo Florianópolis. 2013. Anais. Epagri e SBCS.

DUSI, AN; RESENDE, F.V.; FILHO, EG; MELO, WF. 2011. Alho livre de vírus: tecnologia para aumento de produtividade In: CONGRESSO BRASILEIRO DE OLIVICULTURA, 51. Horticultura Brasileira 29. Viçosa.

FERNANDES LJC; VILLAS BÔAS RL; BACKES C; LIMA CP; BÜLL LT. 2011. Contribuição das concentrações de nitrogênio em bulbilhos de alho tratados com doses de N em cobertura. Horticultura Brasileira 29: 26-31.

FERNANDES, André L. T.; TESTEZLAF, Roberto. Fertirrigação na cultura do melão em ambiente protegido, utilizando-se fertilizantes organominerais e químicos. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. Campina Grande. 2002, vol.6, n.1, p.45-50.

GIL, P.T.; FONTES, P.C.R.; CECON, P.R.; FERREIRA, F.A. Índice SPAD para o diagnóstico do estado de nitrogênio e para o prognóstico da produtividade da batata. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 20, n. 4, p. 611-615, dezembro 2002.

HORTIFRUTI BRASIL: Pequenos mercados, grandes oportunidades. Piracicaba-sp: Cepea, set. 2017. Mensal. Disponível em:<<http://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/completo/pequenos-mercados-grandes-oportunidades.aspx>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

LEVRERO, C. R. Fertilizante organomineral: a serviço do mundo. In: FÓRUM ABISOLO, 2009.

LUCINI, M. A. et al. Adubação do alho com organomineral, baseado em esterco de aves com adubos minerais, em Campos Novos, SC. Horticultura Brasileira, Brasília, v. 13, n. 1, p.90, maio 1995.

LUCINI, M.A. Perspectivas para a safra de alho 2013/2014. Revista Nosso Alho, n. 18, p. 42-44, 2013.

MORESCHI, R.C. et al. Avaliação de doses e fontes de adubação de semeadura na cultura do feijoeiro. In: CBCS 2013. Ciência do Solo: Para que e para quem? Programa & Resumos, Florianópolis, 2013. Anais. Epagri e SBCS. MOTA, J.H.; NOCE, R.; YURI, J.E.; RESENDE, G.M.; SOUZA, R.J.; Análise da evolução da produção e relação risco-retorno para a cultura do alho, no Brasil e regiões (1991 a 2000). Horticultura Brasileira, Brasília, v.23, n.2, p.238- 241, 2005

OLIVEIRA, Nelson Geraldo de. Silício e nitrogênio em alho vernalizado com e sem limpeza de vírus. 2011. 246 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Botucatu, 2011.

SANTOS, J.F. DOS; WANDERLEY, J.A.C.; SOUSA JÚNIOR, J.R. DE. Produção de girassol submetido à adubação organomineral. Revista Agropecuária Científica do Semiárido, UFCG - Universidade Federal de Campina Grande. V. 9, n. 3, p. 38-44, set, 2013

SINGI, G et al. Efeitos agudos dos extratos hidroalcoólicos do alho (*Allium sativum* L.) e do capim-limão (*Cymbopogon citratus* (DC) Stapf). Revista Brasileira de Farmacognosia, Alfenas, v. 2, n. 15, p.94-97, jun. 2005.

SOUZA, R.T.X. Fertilizante organomineral para produção de cana-de-açúcar. 2014. 87f. Tese (Doutorado em Agronomia, Solos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014

SOUZA, R.J.; MACÊDO, F.S. Cultura do Alho: Tecnologias Modernas de Produção. Lavras: UFLA, 2009 181p.

TRANI, P.E. et al. Adubação Orgânica de Hortalças e Frutíferas. 2013. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/imagem_informacoestecnologicas/83.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

TRANI, P.E. Cultura do alho (*Allium sativum*): Diagnóstico e recomendações para seu cultivo no Estado de São Paulo. 2009.. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2009_2/alho/index.htm>. Acesso em: 14/4/2018

TRANI, P.E.; TAVARES, M.; SIQUEIRA, W.J.; SANTOS, R.R.; BISÃO, L.G.; LISBÃO, R.S. Cultura do alho: recomendações para seu cultivo no estado de São Paulo. Campinas: IAC, 1997. 39p.



FERTILIZANTES ORGANOMINERAIS EVOLUINDO A PRODUTIVIDADE DE ALHO

O volume de alho produzido no Brasil consegue suprir apenas 40% da demanda nacional, ou seja, há uma grande oportunidade para quem busca sistemas de produção mais eficientes e sustentáveis. Sabendo que a matéria orgânica fornecida através dos organominerais pode elevar a capacidade tampão do solo aumentando a retenção de água e nutrientes, os fertilizantes organominerais VigorFert são as melhores opções.

Os organominerais aumentam a fertilidade do solo e a população de microrganismos pelo alto teor de matéria orgânica bioestabilizada, que contém ácidos húmicos, fúlvicos, além de ser rica em aminoácidos e nutrientes. As alterações no solo provocadas pelas huminas favorecem a distribuição de açúcares na planta e possibilitam manter jovem e vigoroso o sistema radicular, especificamente no alho as melhorias podem ser percebidas através do bom desenvolvimento dos bulbos.



vigorfert.com.br | BR-452, km 155 - Uberlândia

(34) 3214-3800

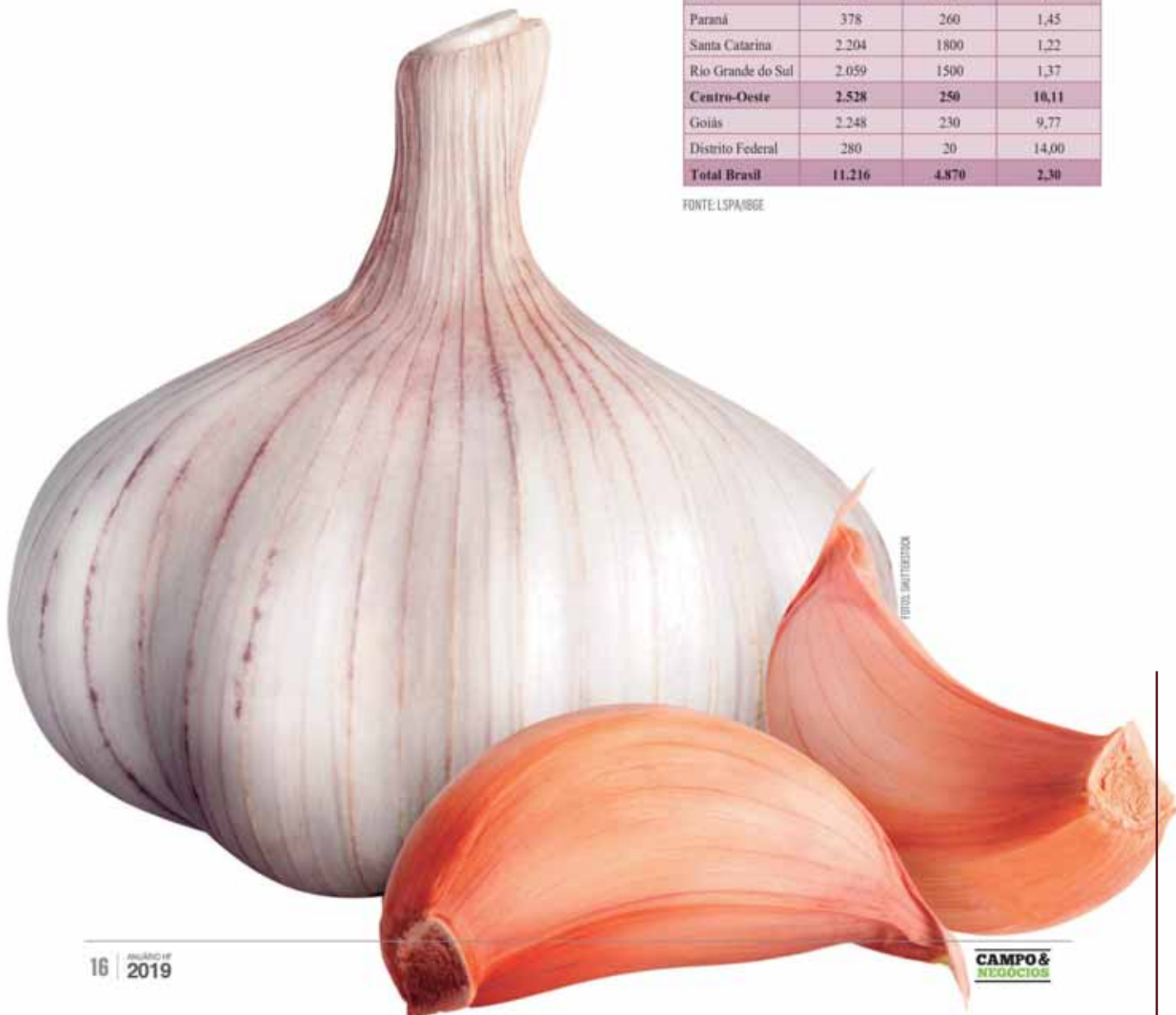
ALHO

LUTA CONTINUA CONTRA IMPORTAÇÕES CHINESAS

A área de cultivo de alho no Brasil na safra de 2018/19 é de 11.200 hectares e a produção de 135 mil toneladas. O número de produtores rurais no Brasil que cultivam o alho é de 4.870, como pode ser visto na tabela ao lado. A maioria é de pequenos agricultores, que têm na cultura do alho a sua principal fonte de renda. A área média nacional por produtor é de 2,30 hectares cultivados.

Estado/região	Área de cultivo (ha)	Número de produtores	Área média/ produtor (ha)
Nordeste	653	620	1,05
Paraná	8	20	0,40
Bahia	645	600	1,08
Sudeste	3.394	440	7,71
Minas Gerais	3.293	370	8,90
Espírito Santo	87	60	1,45
São Paulo	14	10	1,40
Sul	4.641	3.560	1,30
Paraná	378	260	1,45
Santa Catarina	2.204	1.800	1,22
Rio Grande do Sul	2.059	1.500	1,37
Centro-Oeste	2.528	250	10,11
Goiás	2.248	230	9,77
Distrito Federal	280	20	14,00
Total Brasil	11.216	4.870	2,30

FONTE: LSPA/IBGE



Geração de empregos

A cultura do alho é geradora de empregos, pois quase 100% das atividades são manuais, desde a debulha da semente até o preparo para comercialização. Um hectare de alho gera quatro empregos diretos. A média de 2013 a 2017 mostra que a geração de empregos diretos na cultura do alho foi de 42.106 postos de trabalho. Indiretamente, a produção de alho gera 12 empregos. A média do período 2013/17 foi de 126.317 postos de trabalhos gerados.

Para cultivar alho, o produtor precisa fazer vários investimentos, além do conhecimento sobre a cultura, como: açude ou barragem para irrigação, conjunto de irrigação, barracões para a cura do alho, barracões para o preparo e armazenamento para a venda, câmaras frias, trator e equipamentos para a condução da lavoura, entre outros.

O alho é multiplicado vegetativamente, por isso o produtor deve investir em semente de qualidade, sendo esse item, junto com a mão de obra, o que mais impacta no custo de produção. Outra característica do alho é que o mesmo só tem um ciclo por ano, conforme a região produzida.

A cultura tem fixado o pequeno produtor e os trabalhadores rurais nas suas comunidades, evitando assim o êxodo rural em todo o Brasil.

Consumo

O consumo de alho no Brasil é de 1,50 kg/habitante/ano. O total consumido no País nas últimas safras é ao redor dos 300.000.000 kg/ano. Desse volume (média de 2012 a 2017), apenas 40% foi com a produção nacional e os outros 60% com alhos importados, dominando a oferta de alho chinês.

Na safra 2018/19, ainda em andamento, a previsão é de aumento na produção nacional, chegando a 13.500.000 kg, ou 45% do consumo nacional.

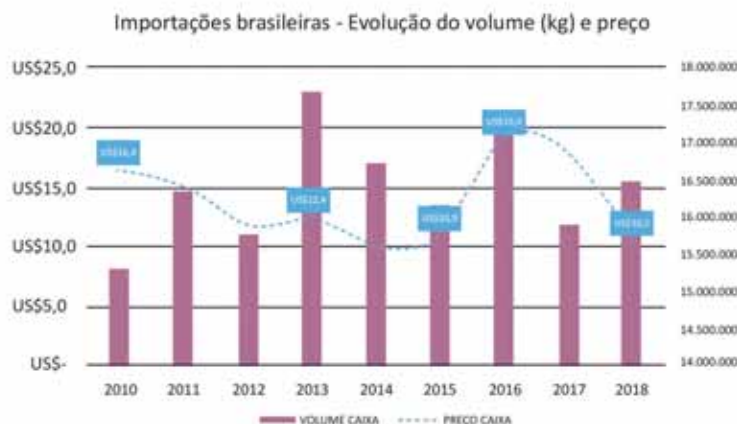
Apesar de termos todas as condições para aumentar a produção e oferta de alho nacional, no consumo aparente a concorrência desleal e predatória dos alhos importados ilegalmente ou com liminares impede um maior aumento da produção de alho no Brasil.

Antes da entrada do alho chinês no Brasil em 1993, mais de 80% do abastecimento era com alhos nacionais.

CONSUMO APARENTE DE ALHO NO BRASIL, CAIXAS DE 10 KG, NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS

Ano	Produção total	Importações	Consumo total	% importado x consumo	Caixas por mês
2012	10.700.900	15.783.034	26.483.934	59,59%	2.206.995
2013	10.223.200	17.674.581	27.897.781	63,35%	2.324.815
2014	9.376.900	16.723.235	26.100.135	64,07%	2.175.011
2015	11.727.200	16.176.002	27.903.202	57,97%	2.325.267
2016	13.235.900	17.304.366	30.540.266	56,66%	2.545.022
2017	13.169.900	15.925.716	29.095.616	54,74%	2.424.635
Média	11.405.667	16.597.822	28.003.489	59,27%	2.333.624

FONTE: [HTTPS://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR](https://biblioteca.ibge.gov.br) E [HTTP://COMEXSTAT.MDIC.GOV.BR](http://comexstat.mdic.gov.br)



ALHO



Custo e valor bruto da produção

O custo de produção de alho no Brasil, na safra 2018/19, está na média de R\$ 78.491,00, ou ao redor dos US\$ 20,00, CIF por caixa de 10 quilos. O movimento da cadeia produtiva do alho só para produção é de R\$ 900 milhões.

RESUMO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DE ALHO NO BRASIL

Descrição	Total - R\$	%/custo
Alho-semente	15.000,00	19,11
Fertilizantes	6.220,00	7,92
Defensivos	4.731,00	6,03
Serviços mecânicos	12.470,00	15,89
Serviços manuais + encargos	17.680,00	22,52
Custos fixos + embalagem	11.050,00	14,08
Custo de comercialização	11.340,00	14,45
Total	78.491,00	100,00

FONTE: EPAGRI/SC, ANAPA E ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS DE PRODUTORES DE ALHO

O valor bruto da produção nacional de alho, em 2017, foi de quase R\$ 800 milhões. Esse valor do alho vendido é menor que o custo para produzir, mostrando parte dos danos causados com importações de alho chinês, com liminares para não pagar a taxa de anti-dumping em 2017.

“

Na safra 2018/19 a previsão é de aumento na produção, chegando a 13.500.000 kg, ou 45% do consumo em todo o Brasil

”



Os prejuízos se intensificaram em 2018, causando quebraadeira dos produtores de alho no Sul do Brasil, já que a receita foi de 50% do ano de 2017. A cadeia produtiva do alho movimentou, em média, anualmente, ao redor de R\$ 2 bilhões, e 33% são impostos diretos gerados na produção e comercialização do mesmo.

Por dentro da cultura

- ✓ A cultura do alho gera riquezas e empregos no Brasil;
- ✓ A cultura do alho tem potencial para expandir e gerar ainda mais riquezas e empregos;
- ✓ Existe uma competição desleal, principalmente em razão da importação do alho chinês;

- ✓ Existem práticas ilegais e abusivas que devem ser combatidas, principalmente o subfaturamento, a triangulação e o não recolhimento do direito antidumping;
- ✓ Assim, a permanência do alho na LETEC é de crucial importância;
- ✓ Também é importante a renovação do direito antidumping, sem o qual a cultura simplesmente deixa de existir em solo brasileiro;
- ✓ Neste contexto, o apoio do Governo Federal é imprescindível e crucial para o setor.

Autoria:

Rafael Jorge Corsino

Presidente nacional da ANAPA – Associação Nacional dos Produtores de Alho



Soluções BASF para hortifrúti.

Mais qualidade e produtividade para sua lavoura.

Forum® Plus

Fungicida



Aplicar somente as doses recomendadas. Descarte corretamente embalagens e restos de produtos. Incluir outros métodos de controle dentro do programa do Manejo Integrado de Pragas (MIP) quando disponíveis e apropriados. Uso exclusivamente agrícola. Restrições temporárias no estado do Paraná: Orkestra® SC para café e para o alvo *Ceratocystis paradoxa* na cana-de-açúcar; Forum® Plus para rosa; Polyram® DF para alho, cenoura, melancia, melão e para os alvos *Botryosphaeria dothidea* em maçã e *Alternaria solani* em tomate; Caramba® 90 para crisântemo, feijão-vagem, rosa e para os alvos *Phaeoisariopsis griseola* em feijão e *Puccinia graminis* em trigo; Imunit® para arroz; Tutor® para o alvo *Phytophthora infestans* no tomate e Cabrio® Top para alho. Registro MAPA: Cabrio® Top nº 01303, Caramba® 90 nº 01601, Collis® nº 01804, Dormex® nº 001095, Forum® nº 01395, Forum® Plus nº 03502, Delan® nº 01818604, Imunit® nº 08806, Kumulus® DF nº 02418592, Pirate® nº 05898, Polyram® DF nº 01603, Nomolt® 150 nº 01393, Regent® Duo nº 12411, Heat® nº 01013, Cantus® nº 07503, Fastac® 100 nº 002793, Herbadox® 400 EC nº 015907, Orkestra® SC nº 08813, Strobry® SC nº 03198 e Tutor® nº 02908.

0800 0192 500

facebook.com/BASF.AgroBrasil

www.agro.basf.com.br

ATENÇÃO Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas na rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

CONSULTE SEMPRE UM ESPECIALISTA AGRÍCOLA VENDA SOB RECEITUANDO AGRÍCOLA.



Conheça o portfólio BASF para hortifrúti:

Fungicidas

Orkestra® SC*
Cabrio® Top*
Cantus®**
Forum®
Collis®
Tutor®
Forum® Plus
Delan®
Polyram® DF
Caramba® 90
Strobry® SC
Kumulus® DF

Inseticidas

Pirate®
Regent® Duo
Nomolt® 150
Fastac® 100
Imunit®

Herbicidas

Heat®
Herbadox® 400 EC

Regulador de Crescimento

Dormex®

*Mais qualidade, produtividade e rentabilidade - Benefícios AgCalença®.

BASF

We create chemistry



ANAPA

Associação Nacional dos Produtores de Alho

SÃO GOTARDO (MG)

II Encontro Nacional Técnico
do ALHO E CEBOLA



02 E 03

DE JULHO